

DEPOSITO LEGAL - 0. ABR. 1976

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

N.º ESPECIAL — 16 PÁGS.
Ano I N.º 29 (Nova Série) 19 de Fevereiro de 1976 4\$00

UNIDADE MILITANTE

O II Congresso constituiu um passo importante para aprofundar, a partir da crítica e autocrítica da nossa acção política até hoje, a nossa linha e para fortalecer a nossa unidade e organização.

Mais coesos e unidos marcharemos a caminho da construção do partido revolucionário da classe operária, no reforço da unidade das massas e dos revolucionários, no combate sem tréguas contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.



FIRMEZA



REVOLUCIONÁRIA

II CONGRESSO



ENTREVISTA com os camaradas do K.B.

Aproveitando a estadia no nosso País da representação do Kommunistischer Bund, organização revolucionária alemã com quem travamos as mais fraternas relações, ao II Congresso Nacional do MES, o «Poder Popular» decidiu por algumas questões a esses camaradas numa entrevista que a seguir publicamos.

Tínhamos em vista, nomeadamente, saber o que os camaradas do KB pensam acerca da aplicação em bases bem concretas do internacionalismo proletário.

P. Para começar gostaríamos que nos referissem qual a situação objectiva e subjectiva da classe operária no vosso país, e qual a tendência que pesa sobre a situação política na República Federal Alemã.

No que diz respeito à situação objectiva, temos que partir do princípio que a burguesia, desde há vários anos desenvolve uma ofensiva generalizada contra a classe operária.

Trata-se de uma ofensiva em dois níveis: a nível político e ao nível económico e social.

Ao nível político desenvolve-se sobretudo um reforço enorme do aparelho repressivo do Estado, através nomeadamente da criação de unidades especiais de repressão, engrandecimento e especialização técnica daquele aparelho, com vista ao controlo completo da sociedade. Sintomática é o caso deste reforço se ter dado desde a formação do Go-

verno do Partido Social-Democrata Alemão (S. P. D.) em 1969 e de baixo do nome único de «reformas para a segurança interna». O pessoal das repartições do aparelho repressivo do Estado é cada vez maior, introduzem-se novas armas e técnicas (computadores, etc.) e uma série de repartições isoladas passam a ser centralizadas.

Ainda com respeito a esta ofensiva política, afrontamos uma série de leis reaccionárias. Há pouco acabou de ser promulgada uma lei que proíbe a «incitação e propaganda da violência». Sobre propaganda entende-se por exemplo, a proibição potencial de divulgar o marxismo-leninismo. Note-se também que o antigo e combativo Partido Comunista Alemão (K. P. D.) está proibido desde 1956 proibição essa que nunca foi levantada. Isto significa que esta proibição pode a todo o mo-

mento ser usada novamente contra as organizações comunistas.

Ao mesmo tempo desenvolve-se um ataque da burguesia contra o nível de vida em geral dos trabalhadores. A burguesia conseguiu, com o apoio dos dirigentes da burocracia sindical, manter a subida de salários mais baixa do que a subida dos preços. No campo social este ataque ainda é mais notório: em toda a parte se fazem «economias», ou seja, no que diz respeito a escolas, hospitais, etc.

Esta ofensiva da burguesia é a expressão da tentativa de fazer recair sobre a classe operária as consequências da crise mundial do capitalismo e de conseguir arranjar os meios para a recuperação e para a melhoria de posições à partida perante os concorrentes capitalistas.

P. — E em relação às condições subjectivas, à luta política da classe operária?

Só em 1967 se começou a desenvolver um movimento de esquerda na R. F. A. partindo do chamado «movimento estudantil». Este movimento estava impregnado de teorias pequeno-burguesas (Rudi Dutschke, Marcuse, etc.), mas conseguiu mobilizar pela primeira vez grande número de estudantes e também jovens operários.

Desta mobilização saíram e desenvolveram-se vários grupos cuja linha política era uma maneira geral pouco clara, mas que em princípio se encontrava em oposição às teorias pequeno-burguesas do «movimento estudantil». Uma parte destes grupos fundiu-se no Outono de 1971 no **Kommunistischer Bund** (K. B.). Deve dizer-se que o KB tem sobretudo muita força em Hamburgo, trabalhando também noutras cidades do Norte da Alemanha. Porém, nas zonas industriais do Ruhr e Baden-Württemberg a nossa presença é ainda bastante ténue.

Ainda no que toca às condições subjectivas, o Partido Social-Democrata Alemão (S. P. D.) e a central sindical por ele controlada (D.G.B.) dominam de uma maneira muito clara a classe operária. Deste modo, a ofensiva da burguesia não encontrou resistência por parte das massas.

Em 1968 foi fundado o partido revisionista D. K.

P. com alguns quadros do velho e proibido K. P. D.

O D.K.P. é extremamente fraco. Na prática não desenvolve qualquer linha política, podendo dizer-se que navega nas águas da «esquerda» da social-democracia. Nas últimas eleições para o Parlamento, os revisionistas obtiveram 0,4 por cento. Mantém ainda um resto de influência em algumas fábricas através de antigos quadros do K. P. D., e em algumas universidades.

A esquerda revolucionária compõe-se praticamente de duas organizações: o K. B. e o K. B. W. (Kommunistischer Bund Westdeutschland). Duma maneira geral a influência do K. B. W. é maior. No entanto, nos locais onde há mais tempo desenvolvemos trabalho político, o KBW perdeu quase todo o seu anterior peso.

A linha política do KBW é uma mistura de oportunismo de direita e de «m-l'ismo». Por exemplo no que respeita a Angola segue integralmente a posição chinesa. Por outro lado, apoia os dirigentes sindicais social-democratas nas negociações para a fixação de salários, explicando que os trabalhadores não devem fazer exigências demasiado elevadas por causa da crise económica.

A nossa tarefa, a tarefa do **Kommunistischer Bund** é organizar sempre e onde for possível a resistência à ofensiva da burguesia (sobretudo entre a juventude há já um começo de trabalho importante). Ao mesmo tempo desenvolvemos uma luta contínua contra a linha sobretudo do DKP e KBW, uma luta para o desenvolvimento da nossa própria política, para a unidade de acção com outras organizações e grupos de base, para a unificação das forças comunistas e para a construção do Partido Revolucionário da classe Operária.

P. Como se tem processado o trabalho do KB no seio dos emigrantes portugueses?

O nosso trabalho junto aos emigrantes, e especialmente dos emigrantes portugueses, está ainda bastante no começo.

Isto significa que o nosso trabalho, neste momento, só se pode revestir dos seguintes as-



pectos:

—fornecimento de uma informação capaz sobre a situação dos emigrados na Alemanha Federal, sobre os seus direitos, para que deles possam fazer uso, e também sobre o que se passa em Portugal (exemplo disto é o jornal editado em português «O Companheiro», feito conjuntamente por portugueses e alemães e apoiado pelo KB).

—criação de grupos com os colegas portugueses a fim de discutir com eles assuntos que digam respeito à sua situação especial de emigrantes, e à situação portuguesa e o desenvolvimento do processo político em Portugal. Neste momento temos já um grupo destes a funcionar, em que também está integrado um curso de língua alemã feito por uma nossa camarada.

P. Como é que o KB entende pôr em prática os princípios do internacionalismo proletário?

Nós partimos do princípio de que as lutas dos trabalhadores de todos os países, dos povos oprimidos, têm cada vez mais uma relação estreita e comum, e por isso as organizações comunistas e revolucionárias, assim como os movimentos de libertação nacionais, tem de alargar e reforçar o seu trabalho comum.

A Internacional Comunista do tempo de Lenine foi uma grande conquista da Revolução Mundial neste sentido. Mas, com o desenvolvimento do revisionismo moderno, essa Internacional entrou em completa falência.

Nós pensamos que a tarefa que se põe hoje às organizações comunistas e revolucionárias

é a de reconstruir com passos muito concretos a nova Internacional. As visitas do MES na R. F. A. e a nossa participação no vosso II Congresso, juntamente com as discussões que pudemos estabelecer, são uma parte do que dissemos.

No futuro teremos que as aprofundar, e alegrar-nos-íamos de poder ler na vossa imprensa mais notícias e debates sobre as lutas na Alemanha Federal, e também, de saber o que vocês pensam dos nossos problemas.

Concretamente, fazemos aos camaradas do MES duas propostas:

1.^a — Um projecto de comunicados conjuntos das nossas organizações ou, se possível, com outras ainda. Exemplos: em relação ao Mercado Comum, em relação à avaliação da U.R.S.S., da política externa da China, acções de solidariedade com o M. P. L. A. Fretilin, F. Polissario e outros temas.

Com respeito a isto, ainda faremos propostas bem concretas para que o projecto possa ser realizado.

2.^a — Um projecto de uma revista sobre o internacionalismo proletário, que divulgue e debata as lutas de todos os povos e que insira as tomadas de posição das várias organizações comunistas e revolucionárias.

Esta revista deveria ser publicada em várias línguas.

A organização deste projecto não é uma tarefa a curto prazo, mas ela teria de ter como premissas que, sobretudo, as organizações revolucionárias de vários países pudessem ser ganhas para a sua construção.

SAUDAÇÃO DO K.B.

Camaradas

O KB transmite ao vosso II Congresso saudações cordeais e solidárias.

Apesar das relações entre as nossas duas organizações ainda não terem um ano de idade, tivemos durante este tempo tão amigáveis contactos que se pode falar de uma relação segura de solidariedade e de um intercâmbio crítico de opiniões.

Sempre que tivemos divergências abordámo-las francamente e esperamos continuar a fazê-lo no futuro.

Este Congresso, assim como as conversas que pudemos ter com camaradas do M.E.S. aprofundaram a nossa compreensão da vossa política.

Que o vosso II Congresso, já como o primeiro, seja um marco importante no vosso caminho!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

VIVA A SOLIDARIEDADE ENTRE O M.E.S. E O KB!

PROLETÁRIO DE TODOS OS PAÍSES E POVOS OPRIMIDOS, UNI-VOS!

II CONGRESSO — pelo Poder Popular, pela Revolução

Após mais de dois meses em que, no seio do nosso Movimento, as questões centrais estratégicas, táticas, ideológicas e organizativas foram objecto de intenso debate político, em que a prática do MES ao longo do processo revolucionário foi amplamente discutida, realizou-se, no passado fim-de-semana, o II Congresso Nacional da nossa organização, momento de enorme importância para o MES, para a esquerda revolucionária e para a luta da classe operária e do povo trabalhador contra a exploração e a opressão capitalistas.

Contra as previsões da imprensa burguesa e dos nossos adversários e inimigos políticos, que vaticinavam divisões, fracções, enfraquecimento, o MES, neste seu II Congresso, reforçou poderosamente a sua unidade e coesão, dando um importante salto qualitativo na sua linha revolucionária de classe.

O reconhecimento da justeza da nossa orientação tática durante o período de avanço da ofensiva popular não impediu que o Movimento assumisse colectivamente a autocritica revolucionária em relação a aspectos parciais da nossa actuação e que, deste modo, se criassem condições muito favoráveis para a superação de erros e limitações no sentido da nossa transformação que está em curso, de organização de vanguarda fundamentalmente ideológica, em organização de vanguarda de classe, ligada à classe operária, aos explorados e oprimidos, aos seus problemas e às suas lutas.

Deste modo, a uma muito mais clara definição ideológica, em que os contributos essenciais do leninismo são adaptados nas nossas concepções e estilo de trabalho, liga-se o grande passo em frente que representa a aplicação dos princípios do centralismo democrático no seio do nosso Movimento. Assim se ultrapassarão, com determinação, vícios derivados de alguma falta de rigor na aplicação da teoria revolucionária à prática concreta de luta, que estavam intimamente relacionados com os erros cometidos derivados de concepções organizativas que geravam um «ultrademocratismo» e um «ultracentralismo» que impediam métodos correctos de trabalho político. Ficou claro no MES que numa organização comunista, não há verdadeira democracia sem centralismo nem efectivo centralismo sem democracia.

A importante demarcação política em relação à linha revisionista do PCP, não confundida com qualquer espécie de dogmatismo e sectarismo de carácter grupuscular, a rigorosa crítica de classe ao hegemonismo soviético e às suas consequências de bloqueio à Revolução Socialista, o combate ideológico às concepções pseudomarxistas-leninistas em matéria de tática e estratégia, a recusa de posições trotskystas sobre a luta revolucionária, foram alguns aspectos fundamentais adoptados pelo MES neste seu II Congresso.

A grande importância dada no plano da acção concreta na luta de massas à questão da edificação do Partido Revolucionário da Classe Operária, a crítica às concepções idealistas e voluntaristas que encaram esta tarefa central como mera unidade ideológica entre alguns militantes comunistas, a clara demarcação das posições espontaneistas sobre esta matéria, revelam a muito maior maturidade política do nosso Movimento em relação a momentos anteriores da nossa história de organização revolucionária.

O decidido empenhamento em que nos comprometemos nas imediatas e importantes tarefas de organização da resistência popular à reconstrução capitalista e à ameaça fascista, sob o ponto de vista de preparação do relançamento da ofensiva popular, mantendo actual a luta pelo Socialismo,

colocando o levantamento de uma poderosa frente de massas antifascista e anticapitalista na ordem do dia, mostram como todo o debate político e ideológico foi virado para a prática de luta pelo Poder Popular e pela Revolução.

Outra importante decisão do II Congresso do MES foi manifestar intenso apoio aos esforços já em curso pela unidade dos revolucionários no combate comum contra o fascismo, contra o capitalismo e o imperialismo, aprovando a linha de acção que se vem prossequindo para que essa unidade tenha um momento sólido e significativo no período de campanha eleitoral, mas, não se limitando a essa fase de luta. Temos consciência das dificuldades que se colocam aos revolucionários no prosseguimento desta política de unidade, mas procuraremos vencê-las, pois tal é o anseio das massas populares, fartas de sectarismos e divisões desnecessárias.

A unidade e firmeza do nosso Movimento, as

concretas análises e decisões colectivamente adoptadas, a capacidade que teremos de as levar à prática defendendo intransigentemente os interesses históricos do proletariado, estarão presentes na nossa acção militante, contra as enormes dificuldades que se nos colocam, no combate quotidiano contra a burguesia e o imperialismo.

Camaradas: o II Congresso do Movimento de Esquerda Socialista é um marco fundamental e que assumirá toda a sua importância exprimindo-se nas lutas do nosso povo pelo Poder Popular, pelo Socialismo e pela Independência Nacional.

**VIVA O II CONGRESSO DO MES!
UNIR PARA RESISTIR, LUTAR PARA VENCER!
VIVA O PODER POPULAR!
AVANTE PELO SOCIALISMO E PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
VIVA O COMUNISMO!**

Relatório da C.P.N. ao II Congresso

A Comissão Política Nacional que agora cessa funções apresentou ao Congresso um circunstanciado relatório sobre o que foi a sua actividade e o papel do M. E. S. no processo revolucionário. Aí se analisa a situação política e se traçam as grandes tarefas que se impõem aos revolucionários.

O relatório é composto por seis partes fundamentais:

1 Na primeira análise-se o processo de criação e desenvolvimento da linha política anticapitalista a partir da qual se formou e organizou o MES, antes e depois do 25 de Abril;

A natureza frentista do MES, que só no I Congresso foi posta em causa e que neste Congresso seria decisivamente ultrapassada, a caracterização do MES como organização de vanguarda ideológica orgânica ao processo revolucionário, agora a caminho de se transformar em força política de classes são os dois pontos fundamentais abordados nesta primeira parte do Relatório.

2 A segunda parte do Relatório é constituída pela análise da evolução da luta de classes e da luta política desde Dezembro de 1975 (data do I Congresso) e até ao momento.

O papel do MES no desenvolvimento do processo revolucionário, a afirmação da correcção da linha tática levada à prática ao longo desses meses pela organização, a análise determinante da vitória do golpe revolucionário de 25 de Novembro, são os aspectos centrais desta parte. Aí se demonstra que a derrota da classe operária e do povo trabalhador foi fun-

damentalmente devido ao facto dos revolucionários não terem conseguido construir, com a rapidez necessária à situação de radicalização da luta de classes, uma alternativa organizada de direcção política capaz de retirar à linha revisionista de pactuação e conciliação, a condução da ofensiva popular em que estavam empenhados os trabalhadores, soldados e oficiais progressistas, na via do poder popular e do socialismo.

3 A terceira parte do Relatório é constituída pela análise autocritica de um conjunto de erros e limitações da prática política do MES, que apesar de secundários em relação à justeza da linha geral de actuação mereceram atenta reflexão.

Assim, questões como o menosprezo pela organização partidária, a insuficiência do trabalho sindical, um certo triunfalismo derivado de não se reconhecerem as limitações de uma organização de vanguarda ideológica que não era ainda uma força de classe, alguma incapacidade no trabalho de propagação, a subestimação da força dos fascistas, da burguesia e do imperialismo, o desprezo pela necessidade de uma crítica rigorosa e de massas à linha revisionista, a não colocação da necessidade de edificação

do partido revolucionário da classe operária com o carácter fundamental que se exigiria foram abordados profundamente. Por outro lado, e no que se refere a questões internas à organização, foram alvo de uma apreciação autocritica vícios de basismo, liberalismo, ultrademocratismo, centralismo de tipo administrativo, doutrinarismo e praticismo, que afectaram o desenvolvimento da implantação do MES. A necessidade de reforçar o espírito de Partido, de conseguir uma correcta ligação às massas, de intensificar o debate político ligado à prática, de solidificar a disciplina interna, a importância da adopção do centralismo democrático como princípio organizativo, foram pontos amplamente desenvolvidos.

4 A quarta parte do Relatório debruça-se sobre a actual fase da luta de classes à escala mundial e sobre a posição de Portugal nesse contexto.

Considera-se que a tendência actual é desfavorável ao imperialismo e que se acentua uma viragem caracterizada pelo facto da contra-dição dominante ao nível mundial na actual fase (a que opõe os povos oprimidos do Terceiro Mundo ao domínio imperialista) já ter penetrado na velha Europa, e cada vez mais se fundir com a contra-dição que aí se agudiza entre o proletariado e a burguesia, atingindo fundamentalmente os países capitalistas do Sul da Europa. Considera-se que o inimigo principal da revolução prole-

tária e da emancipação dos povos oprimidos é o imperialismo norte-americano. Aponta-se a política revisionista da União Soviética como um forte travão ao desenvolvimento consequente da luta anticapitalista e anti-imperialista à escala mundial. A crise do capitalismo internacional e os seus reflexos na crise de dominação burguesa em Portugal é outro dos pontos abordados.

5 A quinta parte do Relatório aborda a questão das tarefas dos revolucionários e da organização da resistência popular.

Aqui se definem duas questões centrais: a posição que os comunistas do MES defendem em relação à necessidade de fortalecer a política de unidade na actual fase da luta — centrada na unidade do movimento popular de massas e na unidade dos revolucionários; o caminho a seguir para erguer uma frente de massas antifascista e anticapitalista, instrumento indispensável à organização da resistência popular em bases sólidas.

A última parte do Relatório foca o caminho percorrido pelo MES no seu desenvolvimento como organização de vanguarda.

Aí se analisam as contra-dições surgidas na evolução do MES e as formas como foram superadas; aí se aponta a via a seguir para a transformação do MES numa força de classe, numa organização enraizada na única classe consequentemente revolucionária, a classe operária.

Este II Congresso constituiu um passo importante para aprofundar, a partir da crítica e autocrítica da nossa acção política até hoje, a nossa linha e para fortalecer a nossa unidade e organização.

Mais coesos e unidos marcharemos a caminho da construção do partido revolucionário da classe operária, no reforço da unidade das massas e dos revolucionários, no combate sem tréguas contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

O golpe reaccionário de 25 de Novembro infligiu às forças revolucionárias e ao movimento popular de massas uma pesada derrota. O movimento popular vê destruída a sua componente militar revolucionária que até ao 25 de Novembro permitia às forças revolucionárias adoptar uma tática ofensiva e colocar a questão do poder na ordem do dia.

Com o 25 de Novembro as forças revolucionárias perdem força política e são obrigadas a rever profundamente a sua tática e os seus métodos de acção.

A importância deste nosso II Congresso explica-se, pois, pela necessidade imperiosa de os revolucionários adaptarem a sua tática à nova situação criada.

A derrota para uma organização revolucionária como o MES nunca é definitiva. Pelo contrário, a derrota abre-nos um caminho e um só: analisar os erros, não recetar assumi-los e lançar o trabalho preparando as condições que nos levem de uma situação desfavorável a uma situação nova e favorável.

É o caminho que apontamos a nós próprios e que concretizamos nos trabalhos deste II Congresso. E este o caminho que apontamos à classe operária, ao povo, aos trabalhadores, a todos os revolucionários. É este o caminho que permitirá vencer o derrotismo, o desânimo e a desmobilização momentânea do Movimento Popular de massas.

MES MOVIMENTO COMUNISTA

Temos a força moral e política para apontar um caminho para a luta e a organização do povo e das massas populares. Esta força é-nos dada pela nossa história como movimento revolucionário e comunista e pelos ensinamentos de centenas de lutas em que estivemos e estamos empenhados.

A importância e as responsabilidades políticas que adquirimos no decurso do processo aberto no 25 de Abril de 1974 não surgiram por acaso. O nosso Movimento tem uma tradição e uma história de que nos orgulhamos.

A nossa prática de hoje não é estranha a essa história e a essa tradição. O nosso Movimento encontra a sua razão de ser e o seu caminho nos anos 60 e a nossa história liga-se estreitamente à construção de uma alternativa à política dos reformistas e revisionistas, que durante largas dezenas de anos reduzem todo

o combate do povo ao antifascismo. No período agudo da luta que decorre entre 1969 e 1974 precipita-se a derrota do regime colonial-fascista, o proletariado e os trabalhadores opõem-se com grande firmeza à intensificação da exploração e da repressão, ao mesmo tempo que o avanço imparável da luta armada dos povos das colónias conduz à corrosão e desagregação do velho Exército Colonialista.

É no decurso deste período e no seio das lutas de vanguarda do proletariado e dos trabalhadores e na luta democrática de largos sectores da pequena burguesia radical que o MES nasce e ganha corpo.

Nasce ligado a processos de luta concretos. De baixo para cima. Alimentando a sua experiência das experiências dos combates de classe. Ligado à nova fase anticapitalista do combate operário e popular.

nosso Movimento é levado a privilegiar as expressões espontâneas do movimento operário e popular e a menosprezar a sua organização permanente e estável.

Durante um largo período que é brutalmente acelerado pelo 25 de Abril, somos uma frente de base, anticapitalista, que reúne militantes de sectores diversos com uma ténue coordenação entre si. Quer dizer que inicialmente não tínhamos entre nós uma unidade de tipo partidário.

Aqui reside a nossa força e a nossa fraqueza. A nossa força porque os sectores de vanguarda que se organizam em torno das nossas concepções adquirem uma larga capacidade de influência nas lutas respondendo correctamente aos anseios das massas à unidade. Fraqueza porque essa capacidade de unir em volta da luta concreta, da reivindicação imediata ou política, não é organizada em termos de força e acaba quase sempre por ser recuperada pelo reformismo e pelo esquerdismo. Hoje temos a consciência plena desta realidade. A nossa ideologia e a nossa teoria revolucionária iam sendo forçadas a partir

do avanço do movimento operário e popular mas a esses avanços no terreno ideológico e teórico não correspondiam avanços no terreno organizativo, na capacidade de enquadramento das massas ou sequer dos seus sectores mais avançados e mais conscientes.

É esta a origem de muitos dos nossos erros. Hoje estamos firmemente empenhados em corrigi-los para que deixemos de ser uma vanguarda ideológica, incapaz de influenciar mas incapaz de vencer, para nos transformarmos numa força de vanguarda capaz de unir e de lutar para vencer...

Para que nos transformemos nessa força de vanguarda há que colher os ensinamentos da derrota do 25 de Novembro. Mas para nós isso não significa abandonar o fundamental da linha que adoptamos e que, no essencial, é justa. Fazê-lo seria o mesmo que jogar fora um manancial enorme de experiências vitoriosas da luta do proletariado e do povo, renegar a nossa autonomia política e no fim de contas abdicarmos de levar até ao fim as tarefas que nos propomos.

a do M.F.A.

Cedo nos apercebemos da natureza do M.F.A., do papel que as suas diversas correntes viriam a desempenhar no processo, detectando aí um nível de intervenção que as condições de luta exigiam às forças revolucionárias. Pode mesmo dizer-se que fomos a única força política que analisou correctamente o M.F.A. e o seu papel.

No entanto, o aspecto fundamental, aquele que poderia dar corpo e eficácia plena a esse tipo de intervenção, o aspecto da organização e da ligação correcta às massas, não se aproximou do mínimo exigido por uma intervenção revolucionária global.

Não seria este o maior dos males, dados os limites objectivos que se nos impunham, se dele tivéssemos tido consciência sistematicamente, o que não aconteceu. Ou seja, a nossa crescente influência política e ideológica nas correntes

progressistas e revolucionárias do M.F.A., obtida através da defesa intransigente de propostas correctas e coerentes nos momentos decisivos do processo, adoptadas por elas em fases subsequentes por imposição da realidade objectiva (veja-se o caso das nacionalizações, Reforma Agrária e posteriormente o Plano GUIA) criaram-nos muitas vezes a ilusão de estarmos perto de uma grande implantação e de podermos a curto prazo arrebatar largos sectores das massas ao controlo e influência do PCP. De facto, as nossas posições, tiveram por vezes um largo apoio de massas, mas não por estarmos articulados com elas, formando um corpo único, e sim porque eram mediadas quer por um M.F.A. progressista com credibilidade política, quer, por vezes, pelo PCP que se via obrigado a um seguimento tático relativamente a esse M.F.A., pelo desenvolvimento objectivo do processo revolucionário.

APRENDER COM AS DERROTAS CORRIGIR OS ERROS AVANÇAR NA LUTA

A ACTUAÇÃO DO MES NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Durante todo o curso do processo revolucionário, do I Congresso ao 25 de Novembro, fomos uma força cuja influência e acção políticas marcaríamos muitos dos mais significativos passos dados em frente pelo

proletariado e pelo povo na luta contra a dominação do capitalismo e do imperialismo.

Uma das questões fundamentais em que cedo nos demarcámos dos reformistas e dos esquerdistas foi

A incapacidade de compreendermos esta realidade permitiu que se instalasse o triunfalismo entre nós, o que, por sua vez, produziu duas consequências fundamentais:

— Por um lado uma certa distorsão da nossa intervenção superestrutural;

— Por outro lado, um menosprezo objectivo pela organização partidária e de

massa, de uma influência que era real, mas mediata.

Sem esquecer que as preocupações de carácter organizativo estiveram muitas vezes na ordem do dia, e que se deram até avanços importantes, criámos uma disposição subjectiva para tomarmos por realidade aquilo que era aparente, ou seja, esquecermos que a capacidade de reflectir inter-

TRANSFORMARMO-NOS DE VANGUARDA IDEOLÓGICA NUMA FORÇA DE CLASSE

A força política que o MES hoje representa enraíza neste período, e a linha que defende, desde o 25 de Abril, está marcada

pelas vicissitudes da sua origem. Frente de animação política até ao I Congresso de Dezembro de 1974, e não vanguarda de classe, o



Intervenção do camarada Eduardo Graça, membro do Comité Central do MES, na sessão de encerramento do II Congresso Nacional

E AUTOCRÍTICA

namente os interesses e aspirações das massas está indissociavelmente ligado às suas organizações e à nossa presença nelas e à possibilidade de converter organizativamente os avanços motivados pelo consenso gerado em torno das propostas feitas.

Deste modo, e a título de exemplo, apontamos alguns casos que ilustram aquilo que acabamos de referir.

Face à questão sindical e corrigindo a afirmação de que «o MES nunca definiu uma linha para este sector de intervenção», o que há a dizer é que não levámos a cabo uma política consequente de organização e implantação nos sectores mais recuados dos trabalhadores, limitámo-nos a apontar, correctamente é certo, as grandes questões que se colocam neste terreno.

Face à denúncia da social-democracia, nomeadamente do PS — denúncia essa que foi das tarefas mais importantes e correctas que levámos a cabo — não soubémos desencadear um trabalho simultâneo de implantação e organização dos sectores sociais cujo anticomunismo era instrumentalizado por aquela força. Trata-se de uma contra-

dição entre as palavras de ordem tácticas e as tarefas de agitação e propagação, que não soubémos resolver de um modo correcto, ou, mais propriamente, de uma contradição entre as propostas tácticas e as tarefas organizativas, capazes de as suportar partidariamente.

Neste contexto, por ausência de uma ligação sólida e organizativa às massas, por ausência de uma percepção correcta de como nesse terreno se reflectiam todas as grandes questões do processo revolucionário português, não conseguimos ultrapassar, muitas vezes, uma visão espartilhada, embora correcta nesses moldes, dessas grandes questões, não tirando portanto, todas as conclusões que a sua inteligência prática permitia e exigia.

Nestes termos, a grande desproporção entre a influência política que adquirimos, e a capacidade organizativa, interna e de massas, que criámos, não tendo sido assumida até às últimas consequências, levámos muitas vezes a comportarmo-nos como partido dirigente de classe sem que tivéssemos ainda ultrapassado a nossa natureza de vanguarda ideológica.

viam na situação objectiva do pré-25 de Novembro reunidas todas as condições para realizar a insurreição popular, restando apenas concretizar o seu aspecto puramente militar.

Dadas as características centrais de todo o desenvolvimento do processo revolucionário, ao defendermos a instauração de um poder revolucionário assente na acção generalizada das massas populares, na unificação dos seus órgãos representativos e de poder, na unificação dos instrumentos de direcção política, parti-

dários e unitários, e na criação de condições para a organização da vanguarda proletária, empenhámo-nos, e muito correctamente, na autonomização política e organizativa das forças revolucionárias do Exército.

Defrontámo-nos a este nível com perspectivas que entendiam aquela instância como a direcção política real e que, portanto, colocavam a questão da insurreição em termos imediatistas e aventureiros. Podemos dizer que combatemos essas posições com alguma eficácia.

OS ERROS QUE COMETEMOS

Um ponto em que falhámos como direcção diz respeito à incapacidade em explicar às massas populares e ao próprio Movimento como um todo os aspectos da proposta «levar a ofensiva popular à vitória», o que permitiu no seio da organização a geração de contradições não completamente explicitadas e, no exterior, a confusão das nossas posições com posições aventureiristas.

A natureza das contradições não claramente explicitadas que existiam em estado latente no nosso Movimento, levou-nos a tecer algumas considerações triunfalistas.

Esta incapacidade e as suas consequências no plano político, radicam numa relativa ambiguidade face a duas questões essenciais:

1.º A relação entre Partido e Frente, e consequentemente, a relação entre a direcção política e a unidade revolucionária;

2.º A natureza e o papel do P.C.P.

Na ausência da vanguarda política organizada dos trabalhadores, do Partido Revolucionário da Classe Operária, e face à necessidade de unificar os instrumentos de direcção revolucionária, matéria em que nos destacámos pelo correcto esforço dispendido, criámos uma certa disposição subjectiva para diluir a direcção na unidade, o que se veio a manifestar com evidencia na F.U.R. Reafirmando a correcção e a necessidade das nossas propostas de unidade, não podemos deixar de reconhecer vícios de voluntarismo na forma como as levámos à prática. Ou seja, não medimos com realismo os limites da colaboração com as forças políticas que se nos juntaram na F.U.R., pretendemos que es-

ta fosse um instrumento de direcção da luta de massas, sem que a discussão ideológica e a prática organizativa tivessem possibilitado uma real coesão para além da unidade formal. Uma direcção política de circunstância, exigida por uma situação objectiva da luta dos trabalhadores, não se confunde com a vanguarda política organizada. Nem sempre soubémos assumir esta afirmação até às últimas consequências. Daqui que, por vezes nos deixássemos arrastar para posições alheias e não tivéssemos a capacidade para sistematizar um processo de crítica do reformismo e a sua denúncia às massas.

Aliás, a nossa tradição de tratamento do reformismo, se bem que assente num princípio correcto, merece alguns reparos. Sem pôr em causa que é na luta que se isolam as posições incorrectas, não podemos deixar de reconhecer a necessidade e o papel da luta ideológica no combate a essas posições. Neste aspecto, ainda que a nível de propagação tenhamos tomado posições claras e justas, nem sempre tivémos capacidade para as articular correctamente com as tarefas de agitação, o que se traduziu, por exemplo, no período que antecedeu o 25 de Novembro em **incapacidade de denunciar em termos práticos o aventureirismo de direita do P.C.P.**

Nomeadamente no que se refere à luta dos paraquedistas, luta justa e cujo apoio era tarefa das forças revolucionárias, não soubémos denunciar vigorosamente os objectivos do P.C.P. e a sua verdadeira natureza permitindo que se instalasse em alguns sectores e até em nós próprios a convicção de que, face a uma situação objectiva de agudização da luta de classes, o P.C.P. seria arrastado para posições revolucionárias.

A crítica sistemática do reformismo, ligada às posições correctas que assumimos, teria sido um instrumento precioso para armar os nossos militantes e os elementos de vanguarda da classe operária da capacidade de encararem o radicalismo táctico do P.C.P. como pura e simples expressão da sua natureza revisionista, embora adequada a uma situação pré-revolucionária cujo desenvolvimento viria a pôr em causa a sua própria envergadura antifascista. Do mesmo modo, não foi possível tornar bem claro que o P.C.P. não «traiu» pelo contrário, que foi bem coerente com a natureza das suas opções estratégicas. Contudo, esta falta de clareza não pode ser confundida com acções de propagação junto das largas massas enquadradas e influenciadas pelo P.C.P., a

que se torna necessário demonstrar o carácter traiçoeiro duma força que crê ser revolucionária.

Um último ponto e não menos importante que os anteriores, deve ser salientado.

Trata-se da nossa posição face ao Partido Revolucionário da Classe Operária. Não é este o momento adequado a grandes considerações sobre esta matéria, mas importa, pelo menos genericamente, abordar a forma como nos colocámos face a essa necessidade central da classe operária e dos trabalhadores.

Se, por um lado, consideramos incorrecta a afirmação pura e simples de que não colocámos devidamente a questão do Partido, afirmação simplista que nos pode conduzir à conclusão de que sem a sua existência só o defensismo estratégico, marginalizado do desenvolvimento objectivo da realidade, nos colocaria numa perspectiva correcta, por outro lado ao diluirmos na prática as tarefas da direcção nas tarefas de unidade, não demos os passos necessários para colocar às massas a necessidade da construção do Partido com a premência que realmente tinha. Na prática, este vício traduziu-se na afirmação meramente genérica da necessidade da vanguarda política da classe operária para levar a cabo a Revolução Socialista, desacompanhada do empenhamento organizativo que nos colocasse objectivamente em condições de contribuímos de facto para a sua construção.

Finalmente importa responder à seguinte pergunta: — **A constatação dos erros cometidos leva-nos a concluir que as nossas posições centrais deveriam ter sido outras?**

Continua na página seguinte

«LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA» — UMA PALAVRA DE ORDEM JUSTA

E chegado o momento de introduzirmos o 25 de Novembro e o período que proximamente o antecedeu.

Posto que a questão do poder estava efectivamente na ordem do dia, ou seja, que a burguesia, incapaz de governar — não só por desorganização própria, mas fundamentalmente por acção das massas populares, nomeadamente no seio do seu aparelho fundamental, as Forças Armadas — ou desferia um golpe violento nos pontos nevrálgicos da organização revolucionária do movimento popular e criava as condições para reestabelecer o seu domínio ou, a curto prazo, o seu poder seria definitivamente abalado.

Posto que o conjunto de provocações políticas que a direita e o imperialismo vinham montando retiravam a viabilidade prática da conciliação e tornavam a proposta do PCP de aliança das tendências militares, uma proposta objectivamente liquidacionista das perspectivas de esquerda, é óbvio que restava às forças

revolucionárias uma alternativa muito clara: **ou pactuar com o avanço da direita e consequentemente com a sua vitória ou proclamar a necessidade de organizar e unificar os instrumentos de direcção política e de organização de massa para «levar a ofensiva popular à vitória».**

Esta não era uma palavra de ordem romântica, pura e simplesmente para enfeitar o programa táctico dos revolucionários. Esta proposta correspondia a um processo em marcha. Era um processo ainda não amadurecido e que o golpe de direita do 25 de Novembro fez abortar por antecipação.

Esta proposta era também um factor essencial para nos demarcarmos do PCP, no combate às iniciativas da burguesia e do imperialismo e dos seus agentes militares, que defendiam uma perspectiva golpista, objectivamente aventureira que já anteriormente tínhamos denunciado. **Esta nossa concepção nada tinha, pois, a ver com as posições que**



ORGANIZAR A RESISTÊNCIA PARA RELANÇAR A OFENSIVA

Intervenção do camarada Fernando Sousa, do Comité Central do MES, na sessão de encerramento do II Congresso Nacional

O golpe desencadeado em 25 de Novembro por oficiais reaccionários e fascistas, apoiados pela burguesia, representa uma pesada derrota para a classe operária e para todo o povo trabalhador.

A burguesia estava em pânico com a força e determinação que a classe operária mostrava no caminho para a sua libertação contra a opressão e a exploração capitalistas. Mas a classe operária, se por um lado mostrava força e determinação, por outro estava incapaz de responder ao golpe com a sua força organizada porquanto se encontrava extremamente dividida.

Consumido o golpe, a burguesia não perdeu tempo. Imediatamente se lançou na repressão sobre os trabalhadores. Logo o VI Governo considerou que estavam criadas as condições para poder impor o seu autoritarismo sobre os trabalhadores, coisa que até aí não tinha conseguido fazer nem por um único dia!

Correspondendo ao avanço das forças reaccionárias e fascistas o poder político decreta os primeiros ataques às conquistas da classe operária e do povo. Em nome do pluralismo a burguesia toma de assalto a rádio, a televisão e os jornais, colocando-os ao seu serviço.

Enquanto estão presos militares progressistas e revolucionários e são atacadas as organizações políticas de esquerda, são soltos oficiais contra-revolucionários, pides e sabotadores, responsáveis pelo regime colonial-fascista que nos oprimiu. Toda a escumalha fascista levanta novamente a cabeça protegida pelos novos ditadores. O Governo, cedendo à chantagem dos patrões sabotadores, entrega-lhes novamente a administração das fábricas das quais tinham sido afastados por sabotagem económica. Estimulados por esta escalada fascizante, os patrões começam a tentar sanear os trabalhadores que mais se distinguiram nas lutas travadas. Os operários começam a perceber que se deixam prosseguir esta escalada tudo se perderá!

Mesmo no Norte, onde o proletariado se encontra numa fase bastante recuada, já se tem travado algumas lutas que

demonstram que a resistência popular, embora pontualmente, começa a aparecer. São exemplos disso a luta dos corticeiros de Lourosa, luta esta exemplar pois a serem levadas a cabo as tentativas do patronato para sanear os delegados sindicais de determinada empresa, logo este processo se generalizaria a muitas outras empresas. A resposta dos trabalhadores foi fulminante e decisiva!

Na Molaflex, onde ainda há bem pouco tempo os trabalhadores tinham ido ao Porto exigir a libertação de um administrador fascista preso, iniciou-se um processo de luta pelo cumprimento da portaria dos metalúrgicos que levou à paralisação total ou quase das suas fábricas. Esta luta, embora recuada e com objectivos económicos, já está a levar os trabalhadores a compreender porque é que os patrões já atacam e não cumprem os seus compromissos. Os operários sentem que após o 25 de Novembro tem de contar exclusivamente com as suas forças!

A necessidade de unidade é hoje sentida como a sua aspiração mais premente e a necessidade de organização é fundamental. O descontentamento do povo é real e compete aos operários revolucionários aglutinar à sua volta, numa vasta frente antifascista e anti-capitalista, todos os trabalhadores que suportem e sejam capazes de assumir um programa de luta que, levado à prática, barre o caminho à ofensiva fascista.

É frequente ouvirmos, na fábrica, expressões deste tipo: «porque é que nós estamos divididos quando os nossos interesses são iguais?» — nesta frase está contido o maior desafio aos revolucionários. Da resposta dada dependerá a vitória ou a derrota da classe operária.

A resposta, para nós, só pode ser uma — organizar uma vasta frente de massas com um programa concreto de luta, que as massas possam discutir tomar como seu e levá-lo às últimas consequências. Mas para que esta frente seja uma realidade nós teremos de utilizar toda a nossa experiência adquirida nas lutas que já travámos.

Os operários de van-

guarda terão que assumir em pleno as suas tarefas. Teremos de arranjar da influência, quer do reformismo quer da burguesia, uma grande camada de operários — ganhá-los para o campo da revolução.

Os operários estão já fartos de lutas entre partidos! Enganados e traídos, começa a ser difícil suportarem os jogos partidários. Mas a classe operária precisa de construir o seu Partido para assaltar o poder político.

Esta contradição, nós poderemos estar em condições de superar. Temos de ter consciência de que não seremos nós sozinhos que o construiremos. Mas poderemos

dar um contributo fundamental para a sua construção. Da correcta articulação da frente de massas e da forma como soubermos colocar-nos no terreno da luta dependerá o êxito da resistência popular e o relançamento da ofensiva até à vitória. A luta pelo socialismo mantém-se actual. Esta é a meta estratégica em função da qual o operariado pode aglutinar sectores sociais proletarizados ou à beira da proletarização, vastos sectores da pequena burguesia assalariada, franjas significativas da pequena burguesia possuidora, o camponato pobre e intelectuais e estudantes revolucionários, e resistir organizadamente para preparar o avanço no cami-

nho que nos conduzirá à revolução socialista.

Só mantendo acesa a perspectiva da luta anticapitalista e sabendo organizar o movimento popular de massas nós poderemos estar à altura de afastar a ameaça fascista e impedir a consumação do poder autoritário da burguesia.

Organizar a resistência para lançar a ofensiva, acumular e organizar forças para preparar a vitória, eis a tarefa primordial da hora presente.

Partir do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, do aumento do custo de vida, da suspensão da contratação, do aumento da repressão, dos saneamentos à esquerda, da

prisão dos revolucionários, da libertação dos fascistas, dos pides e da tentativa de liquidação dos órgãos de poder popular; partir das realidades sentidas pelas massas diariamente e dar-lhes a compreensão política do que representa a actual ofensiva da burguesia; fortalecer a consciência de classe e assegurar a hegemonia operária para a luta anticapitalista, são as condições que nos permitirão afastar a ameaça fascista, evitar a consolidação do poder burgues e caminhar em frente pela revolução socialista!

Viva a classe operária!
Viva a revolução socialista!

Viva o poder popular!
Viva o comunismo!



BALANÇO E AUTOCRÍTICA

AS POSIÇÕES QUE ASSUMIMOS
ERAM NO ESSENCIAL CORRECTAS

Continuação da página anterior.

Respondemos pela negativa. Dizemos que os erros e insuficiências que manifestámos são secundários relativamente ao desenvolvimento objectivo do processo, ou seja, relativamente ao aprofundamento da contradição entre o amadurecimento veloz das condições objectivas para a ruptura com a burguesia e a capacidade revolucionária de orga-

nizar a ofensiva operária e popular.

Dizemos que os vícios de triunfalismo, a sobreestimação da capacidade antifascista do P.C.P., a subavaliação da capacidade de ofensiva político militar da burguesia e do imperialismo e a ausência de preparação para enfrentar uma situação não desencadeada por nossa iniciativa, apenas nos prejudicaram na capaci-

dade de retirar frutos políticos e organizativos da alternativa que definimos ao aventureirismo de direita, ao abstencionismo «M-L» e ao ideologismo social-democrata de esquerda.

O nosso triunfalismo manifestou-se fundamentalmente por não sabermos assumir uma posição de defesa revolucionária, ajustada à nossa própria capacidade

partidária, posição que nada tem a ver nem com a conciliação de classes nem com o defensismo estratégico. A defesa revolucionária é a síntese do prosseguimento dos objectivos revolucionários com a capacidade própria de os concretizar. Esta devia ter sido a nossa posição, que nos permitiria ter respondido imediatamente à nova situação que se criou.

UNIR OS TRABALHADORES CONTRA A OFENSIVA DA BURGUESIA

Intervenção do camarada Luís Martins, membro do Comité Central do MES, na sessão de encerramento do II Congresso Nacional

Camaradas:

A classe operária e o povo trabalhador estão neste momento conscientes de que o 25 de Novembro foi um golpe reaccionário.

Um golpe reaccionário que visa recuperar as perdas do capitalismo e esmagar as conquistas que os trabalhadores alcançaram ao longo da sua luta.

A burguesia exploradora tinha sofrido pesadas derrotas após o 25 de Abril. Confundida, sem coesão e sem o apoio das forças repressivas que sempre tinham garantido a opressão das massas exploradas e oprimidas, a burguesia mais reaccionária nunca se conformou com a nova situação.

Assim, desde o princípio do processo revolucionário, tudo tentou para travar o avanço cada vez mais vigoroso do povo trabalhador. Sabotagens económicas, fugas de capitais, despedimentos, tentativas de golpe, calúnias às lutas dos trabalhadores e uma intensa campanha de propaganda reaccionária, foram alguns dos meios que a reacção capitalista, muitas vezes com a cobertura do PS e com a conciliação do PCP, usou para chegar ao 25 de Novembro.

Mas os fascistas, Camaradas, os contra-revolucionários, os social-democratas, não se entendem quanto às formas de melhor conter e esmagar as lutas do povo trabalhador e melhor explo-

rar aqueles que tudo produzem e nada têm. O capital precisa refazer os seus lucros. Para isso oferece ao imperialismo todos os meios para regressar ao domínio que tinha antes do 25 de Abril, mas o imperialismo só joga pelo seguro e por isso pressiona no sentido de ter a garantia de que os trabalhadores estão bem controlados.

É por isto que, após o 25 de Novembro, a repressão sobre os trabalhadores endurece: medidas contra os trabalhadores como congelamento de salários, despedimentos, suspensão de contratos colectivos de trabalho, etc...

Mas, apesar da derrota do 25 de Novembro, o povo trabalhador não paralizou completamente a sua capacidade de luta. Deste modo a reacção tinha que tentar não deixar que os trabalhadores barrassem com a sua luta o avanço dessa reacção capitalista, e para isso, nada melhor que voltar aos velhos tempos, carregar sobre os trabalhadores, com a polícia de choque agora armada até aos dentes, a GNR e os comandos. Prisões, assassinatos de manifestantes indefesos, começam a ser prática corrente, como antes do 25 de Abril, mas a repressão não fica ao nível da rua. É exercida a todos os níveis. Nos locais de trabalho assiste-se ao regresso dos patrões que cobardemente ti-

nam abandonado as empresas e fugido para o estrangeiro, sabotando a nossa economia e criando graves problemas aos trabalhadores. Começa a implantar-se a disciplina patronal para substituir as formas de organização democrática dos trabalhadores nas empresas, Comissões de Trabalhadores e os delegados sindicais.

Para a burguesia, Camaradas, era essencial atacar as organizações de trabalhadores, para poder destruir iniciativas que opõem uma barreira à imposição da ordem dos exploradores: Controlo Operário, Reforma Agrária, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia, etc..

Saneaia à esquerda e não reconhece os órgãos democraticamente eleitos pelos trabalhadores, como é o caso do ministro Tomás em relação às Comissões de Trabalhadores em auto-gestão.

CAMARADAS:

O novo poder politico-militar controla, juntamente com os senhores do grande capital, os órgãos de informação. Nunca em Portugal houve tantos jornais, quase todos eles muito «pluralistas» porque de formas diferentes atacam as conquistas populares e defendem os interesses dos exploradores. Agora, como no tempo do fascismo, os trabalhadores não têm direito de informar sobre as suas necessidades, os seus problemas, as suas lutas.

São coisas da «via original para o socialismo», ou do dito «socialismo em liberdade»!

CAMARADAS!

Mas a esta política de repressão e de miséria terão os trabalhadores de responder.

Para isso é fundamental organizar o movimento popular em várias frentes de luta.

A primeira terá de ser nas fábricas. As fábricas são os locais fundamentais da produção capitalista e é lá que está concentrada e organizada a classe fundamental do processo de produção: a classe operária.

E a classe operária é, Camaradas, a única classe revolucionariamente consequente.

Por isso, as fábricas devem ser fortalezas das conquistas revolucionárias do povo trabalhador e o centro de arranque e de direcção da luta popular.

Mas se as fábricas são centros fundamentais e decisivos, é igualmente necessário a luta em todos os locais de trabalho.

Unir todos os trabalhadores, sob a direcção da classe operária, é, pois, o dever dos revolucionários. É também uma necessidade da resistência popular.

E quais os objectivos a dar a esta frente de luta para os locais de trabalho?

O primeiro terá de ser, Camaradas, na defesa das conquistas de formas de controlo ope-

rário, tendo a consciência de que, agora que a burguesia está em quase todos os órgãos centrais onde se decidem as questões económicas, há que adaptá-lo às novas condições de luta.

Por isso nós dizemos que os trabalhadores devem defender e reforçar, nesta fase, várias das conquistas do controlo operário. Devem controlar todas as informações que digam respeito à vida da empresa.

CAMARADAS:

O segundo objectivo desta frente de luta para os locais de trabalho, terá de ter em conta o aumento da exploração e da repressão sobre os trabalhadores.

Os trabalhadores devem combater o regresso à miséria e à repressão do tempo do fascismo.

Há que combater pelo aumento do nível dos salários e contra o congelamento dos C. C. T. s.

Há que lutar contra o alargamento do leque dos salários de modo a evitar a aumento das diferenças e de desunião entre os trabalhadores.

Há que lutar por melhores condições de trabalho e de vida e não permitir o aumento dos horários de trabalho. Exigir o cumprimento das normas de segurança e de higiene, etc.

Por outro lado nós, os trabalhadores, não devemos permitir os despedimentos.

Aceitar, sob qualquer pretexto, os despedimentos é aceitar o nosso próprio despedimento.

CAMARADAS:

Os trabalhadores, os revolucionários sofreram uma derrota com o golpe do 25 de Novembro.

Mas a luta continua. A luta das classes exploradas e oprimidas contra a violência da reacção capitalista é uma luta longa e dura que nós ganharemos.

E digo que ganharemos porque cada vez mais os trabalhadores percebem que não há solução pacífica para a contradição violenta entre o trabalho e o capital. A nossa vida dura e

cheia de sacrifícios dá-nos uma resistência para suportar a batalha que só terminará pela vitória da classe operária à frente de todos os explorados e oprimidos.

Temos que retirar do processo revolucionário do 25 de Abril todos os ensinamentos. O 25 de Abril foi uma grande experiência.

Temos de perceber quem dividiu a classe operária, e todo o povo trabalhador, quando o sentimento era de unidade.

Temos de reflectir sobre o que é a unidade revolucionária dos trabalhadores.

Não é a unidade passiva que nos levará à vitória.

Unidade não é submissão ao projecto reformista.

Unidade não é confundir os trabalhadores não clarificando os seus inimigos.

Unidade revolucionária é sim, por cima de tudo, os objectivos superiores da luta dos explorados e oprimidos.

Unidade revolucionária é construir um projecto revolucionário a partir das experiências de luta da classe operária.

É contribuir para a unificação dos elementos de vanguarda. É contribuir para a edificação do Partido Revolucionário da Classe Operária, que traduzindo os anseios dos explorados e oprimidos, tome a direcção da luta revolucionária para a tomada do poder pela classe operária, que através da ditadura do proletariado, imponha o seu domínio sobre a burguesia. Transformaremos esta sociedade capitalista irracional e violenta construindo uma sociedade nova onde finalmente não haverá explorados e exploradores, a sociedade socialista, a caminho da sociedade sem classes, a sociedade Comunista.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA

VIVA O SOCIALISMO

VIVA O COMUNISMO

VIVA O MES



UNIR OS REVOLUCIONÁRIOS E O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

Intervenção do camarada Augusto Mateus, membro do Comité Central do MES, na sessão de encerramento do II Congresso Nacional

O nosso segundo Congresso para além de ter decorrido debaixo do signo da unidade, do reconhecimento dos nossos erros, da recolha da riquíssima experiência destes anos de luta, contribuiu para que a autocritica que produzimos no nosso terreno, no terreno dos revolucionários, nos permitisse já traçar uma linha que pensamos ser a correcta para a actual fase da luta de classes.

A experiência vivida no nosso país, a íntima ligação entre a luta de libertação dos povos oprimidos das ex-colónias e a abertura de um processo revolucionário num país europeu, não é um caso isolado, não é apenas uma experiência concreta — é o sinal de uma viragem importantíssima que se está a dar no Mundo. Os anos que estamos a viver são anos que vão abrir uma nova fase histórica na luta de classes à escala mundial. Está a consolidar-se uma correlação de forças amplamente desfavoráveis ao imperialismo, que tem como marcos fundamentais as vitórias dos povos da Indochina, as vitórias dos povos oprimidos da Ásia e da África, e a luta sacrificada da classe operária e do povo da

América Latina, mostrando a íntima fusão entre a luta de libertação, a luta anti-imperialista e a luta pela Revolução Socialista. Neste momento as contradições que opunham os povos oprimidos ao domínio imperialista estão a jogar-se já na velha Europa.

Com efeito, o imperialismo atravessa uma crise global, que irá ter os reflexos fundamentais no seu elo mais fraco, ou seja na Europa e particularmente na Europa do Sul. A crise que as sociais-democracias atravessam, as profundas alterações na ditadura burguesa ao nível da Europa, as profundas alterações que todas as forças reformistas e revisionistas vão sofrendo, apontam já para uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética ao

nível da partilha de zonas de influência na Europa. De um lado os Estados Unidos jogando no reforço do autoritarismo burguês; do outro a União Soviética, jogando numa cartada de partilha do poder com as forças da burguesia, solução impossível que, no fundo, acaba por contribuir para a possibilidade de resolver a crise sem destruir o capitalismo.

O hegemonismo soviético representa hoje um forte travão à Revolução Proletária mundial; o reformismo revisionista representa um obstáculo importantíssimo ao desenvolvimento da luta anticapitalista e ao desenvolvimento da Revolução Socialista.

Só a luta consequente contra o capitalismo, só o fortalecimento da movimentação de massas, permitirão conquistar a autonomia a todos os níveis, organizativo, político e ideológico do proletariado, única maneira da classe operária conseguir ser hegemónica ao nível do bloco social que a pode le-

var ao Poder que é no fundo a de conseguir triunfar sobre esta sociedade de exploração e opressão.

A palavra de ordem que o M. E. S. logo após o 25 de Novembro adiantou e hoje aqui tantas vezes repetida, **Unir para Resistir, Lutar para Vencer**, mereceu neste Congresso um aprofundamento teórico, uma profunda discussão no sentido de responder à pergunta: unir para resistir, lutar para vencer, mas como?

Pensamos que a crise que se abriu no nosso país, a crise que pôs em causa o domínio burguês, não ficou resolvida com o 25 de Novembro. No 25 de Novembro a burguesia só conseguiu ganhar instrumentos para ter mais facilidade em resolvê-la a seu favor, mas o movimento popular, as forças revolucionárias, as forças progressistas detêm ainda a força suficiente para organizarem a resistência popular e para relançar a ofensiva rumo ao Poder Popular, ao Socialismo até à vitória final.

Unidade Revolucionária

De entre as grandes tarefas uma questão fundamental é a da unidade, pois a resposta à ameaça fascista e à opressão burguesa terá que assentar na unidade.

Mas que unidade? Recusamos, e frontalmente, a unidade que os chefes reformistas sempre apontam às massas nestes períodos; a falsa unidade, sem princípios, forjada nos gabinetes entre os pertensos representantes das classes e camadas sociais. A única unidade consequente nesta fase é a unidade real do movimento de massas, a unidade real de classe em que a classe operária dirige efectivamente a luta, a unidade real de um bloco social capaz de se opor consequentemente à ofensiva burguesa e de a derrotar. Neste sentido, as tarefas fundamentais de unidade são as seguintes:

— A unidade do movimento popular. Lutar consequentemente pela unida-

de do movimento popular significa recolher todas as experiências, mobilizar as forças que temos, erguer uma barreira de massas à ofensiva burguesa. Para isto à que ligar às massas os órgãos de poder popular, ligar às massas os órgãos democráticos dos trabalhadores. Isto de duas maneiras: assegurando o seu funcionamento democrático, e assegurando-lhe a capacidade dirigente ao nível dos problemas concretos e de luta da classe operária e do povo.

Lutar pela unidade do movimento popular é lutar para que os órgãos de poder popular — que nesta fase serão muito mais órgãos de luta que de poder — sirvam de bastiões para uma estratégia ofensiva, anti-reformista, estratégia que consiga manter as potencialidades de luta da classe operária e dos trabalhadores do nosso país recusando a integração nos quadros do capitalismo.

— Outra tarefa essencial é a luta pela unidade dos

revolucionários. Unir os revolucionários é, nesta fase, fundamental. Mas unir os revolucionários da maneira correcta, não numa base ideológica, mas pelo único caminho seguro — pela base. Unir os revolucionários em torno das questões concretas, em torno da direcção da luta, em torno da capacidade de apontar à classe operária e ao povo o caminho da sua luta.

As contradições no seio da burguesia

A fase que se abre caracteriza-se por uma grande contradição ao nível do poder, já que a burguesia tentará montar um regime que seja suficientemente autoritário (reprimindo o povo e a classe operária) para assegurar a sua pacificação e garantir que se produza mais e mais para assegurar a acumulação de capital (lucros); mas que ao mesmo tempo tenha suficiente fachada democrática para que a política de venda ao imperialismo, de reforço da dependência em relação às metrópoles da Europa e ao imperialismo norte-americano se possa prosseguir.

Neste momento assistimos a uma disputa entre as forças democrático-burguesas e as forças fascizantes e fascistas ao nível do aparelho de Estado e das Forças Armadas. Desta disputa dependerá muito a evolução da situação políti-

ca do nosso país e a capacidade da resistência popular ser organizada e vencer.

Pensamos que a ameaça fascista não é um mero «slogan» propagandista. A ameaça fascista é um perigo real que espregueira o nosso povo. Essa ameaça está presente não só na política reaccionária que este Governo já pratica mas sobretudo no papel que os oficiais fascistas desempenham, colocados após o golpe de 25 de Novembro em postos fundamentais ao nível da hierarquia das forças armadas, e ao nível do desenvolvimento de uma crise que poderá levar para o campo das forças fascistas sectores intermédios.

A única força em quem os revolucionários devem confiar é a força do movimento de massas. Mas o movimento de massas só terá forças para vencer se disputar às forças fascistas e burguesas o seu terreno, se tentar captar os sectores intermédios, se conseguir fornecer alternativas para a crise do Poder, alternativas para as questões centrais que estão colocadas. É indispensável que a classe operária e os trabalhadores saibam apresentar alternativas de solução para os sectores em crise ligando-as à luta anticapitalista, impedir o agravamento da crise económica, ligar a luta contra os despedimentos e contra o aumento do custo de vida à luta pela organização da resistência popular debaixo de uma estratégia ofensi-

Construir o Partido Revolucionário da Classe Operária, erguer uma Frente de Massas antifascistas e anticapitalistas

Construir a unidade dos revolucionários é condição indispensável para que seja possível responder àquilo que é um dos grandes ensinamentos do golpe reaccionário do 25 de Novembro, que é a ausência de um comando, de uma direcção, a imaturidade de todos os esforços para dotar de uma direcção revolucionária o movimento de massas de modo a apelar a direcção revisionista que não levará nunca a classe operária e os trabalhadores à vitória.

Este ensinamento leva-nos a que reforçemos as tarefas de direcção, lutemos pela unidade mas lutando pela direcção. Lutar pela unidade do movimento popular, lutar pela unidade dos revolucionários, mas lutar pela organização da vanguarda de classe do proletariado, lutar pelo Partido Revolucionário da Classe Operária. Esta é uma tarefa decisiva sem a qual a classe operária não se poderá pôr à cabeça da luta pelo Poder Popular e pelo Socialismo. A luta pelo Partido Revoluc-

cionário da Classe Operária tem, na fase actual, como passo decisivo a luta por uma frente de massas antifascista e anticapitalista que consiga unir as camadas e classes sociais capazes de se oporem ao fascismo e à ofensiva da burguesia, e que seja capaz de exercer ao nível da luta das fábricas, das empresas e dos campos uma acção dirigente na defesa das conquistas populares contra a repressão, de conseguir, no fundo, erguer a resistência popular. Só assim a resistência popular será organizada em bases sólidas. Pensamos, portanto, que esta frente é um dos objectivos fundamentais que os revolucionários devem prosseguir.

Esta frente não se confunde com uma frente onde as posições dos revolucionários ficassem diluídas, onde as posições revolucionárias não se pudessem afirmar.

Esta frente de massas tem de conter já uma parte dos objectivos estratégico, tem que conter já a luta pela autonomia a todos os níveis do proletariado; portanto tem que ser uma frente onde as posições dos revolucionários sejam hegemónicas, onde um núcleo comunista a possa dirigir. As alianças políticas que o fascismo são diferentes e mais amplas do que as que cabem nesta frente de massas. A frente que temos que opor ao fascismo, a barreira que temos que opor ao fascismo

é uma barreira que não será organizada permanentemente, que abrirá brechas, que terá que ter a sua força fundamental não nas alianças políticas, não nos acordos entre partidos, mas na força do movimento popular. Por isso mesmo é necessário que esta frente, uma frente hegemónica pelos revolucionários, com um programa antifascista mas também anticapitalista, responda às necessidades imediatas mas também contenda já em si os objectivos da luta pelo socialismo. E a única maneira dos revolucionários ganharem a força de que necessitam para lutarem pela direcção do movimento popular, pela criação do Partido Revolucionário da Classe Operária, para organizarem a resistência popular e para levarem os trabalhadores à vitória neste País.

Unir os revolucionários e as massas populares, erguer uma poderosa frente de massas antifascista e anticapitalista, lutar pela organização da vanguarda de classe — Partido Revolucionário da Classe Operária — são tarefas que não só dizem respeito aos militantes do M. E. S. mas a todos os militantes revolucionários, quer não tenham partido quer enquadrados noutras organizações, são tarefas que dizem respeito a todos os trabalhadores deste País.

Deste II Congresso saímos mais fortes e mais aptos para levar por diante

estas tarefas decisivas.

Pensamos que estas tarefas da unidade dos revolucionários vão ter a curto prazo que ganhar uma expressão muito mais importante do que tiveram até aqui. As próximas eleições poderão e deverão ser um terreno onde os revolucionários se deverão unir. Pensamos que a única candidatura que tem sentido nestas eleições é a que exprima a unidade dos revolucionários e que se dirija ao desmascaramento das próprias eleições, que não só não resolverão nenhum dos problemas dos trabalhadores mas, pelo contrário, virão dar mais força às forças mais reaccionárias da burguesia.

Unir os revolucionários, unir o movimento popular, unir os trabalhadores, resistir organizadamente debaixo de uma estratégia ofensiva, debaixo de uma estratégia anticapitalista, lutar consequentemente pela frente de massas, pelo Partido Revolucionário da Classe Operária, trilhar o caminho do poder popular e do socialismo e vencer — esta, no fundo, a síntese da discussão tida no nosso Congresso, este o sentido do programa que aprovámos e em cujo cumprimento os militantes comunistas do M. E. S. empenharão o seu esforço militante.

Viva a unidade dos revolucionários!

Viva a unidade da classe operária!

Unir para Resistir, Lutar para Vencer!



VIVA

Holanda — PSP

Direcção do P.S.P. deseja sucesso II Congresso principalmente definição de uma linha, defesa e fortalecimento do Poder Popular.

Saudações revolucionárias

Palestina — OLP

Camaradas

Saudamos o vosso Congresso, a luta do povo português pela liberdade e pela democracia e todas as realizações populares das massas portuguesas, operários, camponeses e soldados que souberam arrancar e defender com grande coragem os seus direitos. O nosso povo palestino luta contra o imperialismo americano, o sionismo e a reacção para recuperar os seus direitos nacionais e edificar um Estado democrático, laico e progressista na Palestina sem discriminações, onde cristãos, muçulmanos e judeus terão os mesmos direitos. Desejamos pleno sucesso para o vosso Congresso e a vossa luta contra o fascismo, pela democracia e o progresso social.

Organização da Libertação da Palestina

No seguimento do seu 2.º Congresso o MES realizou uma sessão dedicada ao Internacionalismo Proletário em que estiveram várias delegações de organizações revolucionárias presentes no nosso Congresso.

Dessa sessão reproduzimos a intervenção do camarada da Frente Polisário.

Continuamos ainda a publicação de algumas mensagens enviadas ao nosso II Congresso.



O



MAPU

Companheiros do M.E.S.

Desejamos fraternalmente que o Congresso do M.E.S. signifique o fortalecimento das posições proletárias dos trabalhadores portugueses e pedimos para desculpar nossa involuntária ausência.

Representação Exterior do M.A.P.U.

Companheiros do Movimento de Esquerda Socialista

Companheiros representantes de organizações revolucionárias
Companheiros presentes a este II Congresso

A agudização da luta de classes em todo o Mundo, condicionada pela crise actual do imperialismo e pelas lutas do proletariado internacional e dos povos explorados, reflecte-se hoje no combate quase vitorioso dos F.A.P.L.A. e do povo angolano organizado com a sua única vanguarda, o M.P.L.A. Não esqueçamos, também, que esta crise tem como uma das suas causas a derrota sofrida pelo imperialismo ante a inteligência, a audácia, a combativida-

MIR — chileno

de e criatividade do povo heróico do Vietnam, sabiamente orientado pelo Partido do Trabalho do Vietnam e pela Frente de Libertação Nacional.

Se neste momento o imperialismo norte-americano não tem condições políticas para intervir directamente na República Popular de Angola é pelo impacto e contradições internas geradas pelo seu fracasso na Indochina e pela unidade do povo angolano contra os mercenários e fanticos da F.N.L.A.-U.N.I.T.A. e África do Sul. A solidariedade internacional a essa luta expressa-se exemplarmente na atitude internacionalista da Revolução cubana que hoje em Angola como antes na América Latina e outros continentes man-

tém-se à frente no apoio militante com os povos em luta.

A identificação que sentimos com essas lutas constitui um elemento básico das relações entre as nossas organizações.

Mas não devemos subestimar os contra-ataques dos imperialistas no Chile, e não só. A repressão insiste na tentativa condenada ao fracasso de liquidar a resistência. Outros povos que se põem em marcha, como o português — são golpeados ao menor descuido pela reacção interna apoiada pelo imperialismo.

Não poderíamos, companheiros do M.E.S., desejar um marco mais estimulante para a sua combatividade revolucionária. A vitória é possível

e vislumbra-se em muitas partes, mas a luta será árdua e longa.

Estamos certos de que a continuidade da luta contra os inimigos comuns fortalecerá os laços internacionais que nos unem, preparando-nos para alcançar a vitória.

SAUDAMOS DE PUNHO ERGUIDO O II CONGRESSO DO M.E.S.!

VIVA A LUTA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO PORTUGUÊS!
A RESISTÊNCIA POPULAR CHILENA TRUNFARÁ!

HASTA LA VITORIA SIEMPRE!

Movimiento de Izquierda Revolucionaria



Sahara — FRENTE



Caros camaradas:

Caros irmãos:

Temos o prazer de agradecer aos camaradas do MES, em nome do povo do Sahara Ocidental e da sua vanguarda revolucionária, a Frente POLISÁRIO, por nos terem convocado para assistir aos trabalhos do seu congresso nacional que, esperamos, realizará as aspirações dos proletários e dará uma ajuda eficaz aos povos oprimidos do mundo.

Caros camaradas:
Caros irmãos:

Gostaria de falar unicamente de assuntos de interesse comum (cooperação euro-árabe, euro-africana, etc.), mas no momento em

que se encerra este congresso morrem no nosso país crianças e mulheres friamente assassinadas. Compreendeis, portanto, que falemos em primeiro lugar deste facto, vos informemos e, por vosso intermédio, alertemos os progressistas europeus, africanos e a opinião democrática internacional.

Cremos dever fazê-lo tanto mais que a tentativa de genocídio cobardemente perpetrada contra o nosso povo, um pequeno e pacífico povo mas que prefere morrer de pé a inclinar-se sob a bota dos invasores, constitui igualmente uma ameaça para todos os povos africanos e árabes e, além disso, põe directamente em causa as re-

lações euro-africanas e euro-árabes.

A selvagem agressão desencadeada contra o nosso povo situa-se, de facto, no quadro de um plano expansionista e imperialista que ameaça a liberdade, a integridade territorial e a opção anti-imperialista dos povos da Mauritânia, da Argélia, do Mali, da Líbia, etc.

Tornou-se evidente para todos os observadores que o servilismo do regime de Al Aïoun e o seu expansionismo fizeram com que fosse escolhido como principal executor da estratégia imperialista na nossa região do Noroeste da África. Trata-se, portanto, de reforçar este regime político e economicamente «oferecendo-lhe» o Sahara com

as suas riquezas e importância estratégica, «confiando-lhe» igualmente a Mauritânia como um protectorado destinado na fase seguinte a ser anexado. Poderia, então, como o Xá do Irão, desembaraçar-se de toda a oposição em Marrocos e tornar-se verdadeiramente no subimperialismo regional que sonham os monopólios para lhes garantir um longo período de lucros tranquilos, uma região, ela também, de uma importância capital para eles. Teria também de intervir em todos os locais onde as aspirações nacionais dos povos fizessem perigar essa dominação e interesses. Uma vez eliminado o núcleo revolucionário do Sahara Ocidental pela

POLISÁRIO

exterminação do nosso povo e das forças progressistas marroquinas e mauritânicas, o novo xá espera estar à altura de obrigar a revolução argelina a alinhar ou a desaparecer; pelo menos estar à altura de a «conter». Seria em seguida a vez da revolução líbia e de outros regimes nacionais oeste-africanos: (Mali, Niger, etc.). Deste modo a «normalização» seria total. Felizmente que os planos dos estrategas imperialistas não se podem realizar.

Como é hábito, não fizeram entrar nos seus cálculos a indomável vontade dos povos, que altera as mais engenhosas previsões. Não podiam evidentemente prever que um pequeno povo, de somente al-

guns milhares de habitantes com falta de tudo, resistisse tão eficazmente a 3 exércitos coligados e fizesse ajoelhar as unidades de elite, os batalhões blindados de Dlimi e os seus auxiliares de Nouakchott.

Quando ao povo do Sahara Ocidental, este só reclama uma coisa: viver em paz no seu país, organizando os seus assuntos como o entenda. Deseja manter com os seus vizinhos, com todos os seus vizinhos, relações fraternais de cooperação e espera ver iniciado o processo unitário que conduza à construção do Maghreb Árabe e à reunificação da nação Árabe. É por isto que regeita a política antiunionista, pois que é estreitamente chauvinista

e expansionista, dos feudais de Rabat, agentes dos interesses estrangeiros, e dos seus cúmplices de Nouakchott.

O nosso povo conseguiu libertar a maior parte do seu território nacional da ocupação espanhola e hoje defende heroicamente o Sahara livre contra a reconquista imperialista e reacção. Sob a direcção da F. POLISÁRIO, organiza a sua soberania reconstruída e instala todos os mecanismos necessários a uma via nacional independente (instituições políticas, defesa, serviços administrativos, etc.). Pede a todas as nações do mundo que, tendo reconhecido no quadro da ONU, da OUA, dos não alinhados, o seu direito à



SAHARA LIBRE

26 DECEMBRE 1975 — N.º 4 — PREÇO 25 PESSETAS

«Notre terre est à nous, pas de bases militaires sur elle. Nos richesses sont à nous, elles ne souffrent pas le partage»

autodeterminação e independência, sejam conseqüentes com elas próprias e reconheçam hoje a sua soberania reconstruída sobre o seu país libertado; apoiem a sua luta para completar a libertação do seu país; denunciem, enfim, o acordo tripartido (Marroco-Hispano-Mauritânia) de que é objecto e o infame acordo de Madrid que é o suporte ilegal desta agressão.

Sabemos que podemos contar com todos vocês, nossos irmãos africanos e

europeus, mas também com todos os progressistas que amam a liberdade, com todos os democratas do mundo, com todas as forças socialistas e anti-imperialistas, na nossa luta que também é vossa.

COM A ESPINGARDA
ARRANCAREMOS A LIBERDADE

DE ESPINGARDA NA MÃO
ARRANCAREMOS A LIBERDADE

F. POLISÁRIO

INTERNACIONALISMO

PROLETÁRIO

A LUTA DE CLASSES

O texto que a seguir se transcreve traduz aspectos fundamentais dos frutos da discussão travada no II Congresso em torno da questão internacional e do Movimento Comunista discussão que se traduziu pela rejeição das teses programáticas publicadas no «Poder Popular». Rejeição essa baseada numa crítica à incorrecta visão do processo revolucionário na URSS, à análise simplista da política externa da China. «Poder Popular» autocriticou-se da publicação das referidas teses, cuja insuficiência e incorrecção veio a ser apontada no II Congresso, já que se trata de uma questão de importância decisiva para qualquer organização revolucionária.

1. A TENDÊNCIA ACTUAL

Os anos que estamos a viver são anos de viragem, são anos que abrirão uma nova fase histórica na luta de classes à escala mundial.

Os anos que estamos a viver são anos dominados pelo profundo impacto das experiências revolucionárias anticolonialistas e anti-imperialistas vitórias dos povos da Ásia e África no próprio centro do sistema imperialista. São anos marcados pelo fim do ciclo expansionista nas metrópoles imperialistas, iniciado no pós-guerra, mergulhando-as, e aos pilares do sistema imperialista, numa crise estrutural — isto é, numa crise em que o que está em causa é toda a base em que assenta a acumulação de capital, do ponto de vista económico, e a base política do poder burguês, nomeadamente o papel da social-democracia e da democracia cristã, do ponto de vista político-social. Crise de que só há saída no quadro capitalista com base numa autêntica revolucionarização das forças produtivas que, assegurando novas indústrias, novas tecnologias, novas fontes de matérias-primas e energéticas, crie as condições para a construção de novas formas de dominação política e exploração económica do proletariado e para um novo ciclo expansionista assente numa hierarquização dos países imperialistas baseada numa nova divisão internacional do trabalho.

Os anos que estamos a viver são marcados pela consolidação de uma corrente de forças à escala mundial desfavorável ao imperialismo:

— as experiências revolucionárias anti-imperialistas vitórias dos povos do Vietname, Camboja e Laos, demonstrando que um povo em armas dirigido por

uma vanguarda revolucionária tudo pode, até mesmo derrotar a maior potência militar imperialista;

— a luta vitoriosa de libertação anticolonial dos povos da Guiné e Moçambique derrotando um exército colonial apoiado activamente pela NATO, bem como do povo angolano que teve de enfrentar uma segunda guerra de libertação contra a ofensiva militar e diplomática do imperialismo americano e seus fantoches, invertendo completamente a situação numa zona de enorme importância estratégica como é a África Austral;

— a luta do povo oprimido da Palestina contra o sionismo imperialista israelita, laço do imperialismo americano, que, colocando-se na vanguarda dos povos árabes, tem sabido conquistar progressivamente um conteúdo claramente anti-imperialista para o conflito do Médio Oriente;

— a luta sacrificada da classe operária e do povo dos países latino-americanos, exemplar no apontar da revolução socialista como o único caminho consequente da luta anti-imperialista;

constituem não só as principais derrotas político-militar dos últimos anos sofridas pelo imperialismo como incentivos determinantes para a luta do proletariado revolucionário nas metrópoles imperialistas.

A contradição dominante a nível mundial na fase que se está encerrando, a contradição que opõe os povos oprimidos do chamado Terceiro Mundo ao domínio imperialista, já penetrou o elo mais fraco do sistema imperialista, a velha Europa e interliga-se crescentemente com a contradição que aí opõe as massas populares à burguesia, sobretudo na Europa do sul.

A crise do imperialismo,

que ganha crescentemente a expressão de crise da dominação de classe da burguesia, já provocou importantes alterações nas formas de exercício da ditadura burguesa, umas já claramente realizadas outras apenas esboçadas, nas metrópoles imperialistas e nos países que gravitam na sua órbita: a queda do regime colonial-fascista em Portugal e da ditadura dos coronéis na Grécia, o fim do gaulismo em França, a agonia do franquismo sem Franco em Espanha, a decadência da democracia cristã e o fim do seu papel como partido de Estado na Itália, a crise dos «paraísos» social-democratas no norte da Europa e a alteração do significado dos interesses expressos pelos partidos Republicano e Democrático nos EUA, funcionando actual e praticamente como partido único e específico, são a expressão dessas profundas alterações e uma das indicações mais seguras da natureza da viragem histórica que estamos a assistir.

Os anos que estamos a viver são, portanto, anos em que os ventos da revolução proletária mundial voltam a ameaçar a Europa capitalista, zona mais fraca do centro imperialista, depois de por longos anos terem estado limitados aos países do chamado Terceiro Mundo,

Os triunfos das revoluções anti-imperialistas não só agudizaram a crise do imperialismo, como for-

2. O PAPEL DO HEGEMONISMO SOVIÉTICO NA FASE ACTUAL

A URSS não podendo ser classificada como metrópole imperialista, já que a destruição do poder soviético, a liquidação da aliança operária-camponesa e o consequente afastamento das massas proletárias da direcção do Estado e do PCUS se abriram as portas à via da restauração do capitalismo com a consequente implantação de um modelo de desenvolvimento que longe de superar as contradições cidade/campo e trabalho manual/trabalho intelectual as agravou ainda mais, não levaram contudo à existência do modo de produção capitalista na URSS dos nossos dias nem, portanto, à existência de uma classe dominante que possa ser mecanicamente identificada às burguesias dominantes nos países imperialistas, a URSS,

taleceram as experiências de luta da classe operária europeia que desde os fins da década de sessenta ultrapassam a estratégia defensiva tradicional, e economicismo reivindicativo, para apontarem um caminho alternativo ao da burguesia: enquanto a burguesia procura sair da crise sem sair do capitalismo e se possível mantendo os efeitos da crise sobre o proletariado (desemprego, miséria, etc.), o movimento operário europeu aponta já o embrião de uma alternativa revolucionária de superação não só da crise mas também do capitalismo.

Neste sentido a experiência portuguesa, a íntima ligação entre a vitoriosa luta de libertação dos povos da Guiné, Angola e Moçambique e a abertura e aprofundamento de um processo revolucionário no nosso país, longe de ser encarada como um caso específico e isolado, deve ser encarada como o melhor exemplo da tendência para a recolocação da actualidade da revolução socialista na Europa capitalista.

A fase histórica que agora se abre será caracterizada igualmente pela crescente ligação da luta da classe operária, dos explorados e oprimidos dos países capitalistas mais desenvolvidos com a luta dos povos oprimidos do Terceiro Mundo, não só objectivamente, pela natureza e dimensão da crise do imperialismo, mas também subjectivamente.

A natureza do poder político na URSS, o seu papel determinante no funcionamento da sociedade, e as características da classe dominante impõem o aumento progressivo e contínuo do seu poderio militar face aos países imperialistas, o que só pode ser obtido à custa da intensificação do excedente produzido e da sua canalização para sectores e indústrias de ponta. Daqui resulta uma dupla contradição: no plano interno um aparelho

produtivo distorcido que exige uma crescente interpenetração não só com o mercado capitalista mas com a própria divisão imperialista do trabalho; no plano externo uma política que oscila entre a coexistência pacífica e a conciliação de sistemas, face ao imperialismo.

A evolução da via de instauração do capitalismo na URSS torna-a cada vez mais sensível e dependente da conjuntura capitalista mundial.

● duas políticas contraditórias

O inimigo principal da revolução proletária mundial e da luta dos povos oprimidos do Terceiro Mundo é o imperialismo norte-americano, que ocupa o lugar de topo na hierarquia do sistema imperialista constituindo não só a base económica, política e militar do domínio burguês à escala mundial, como também a única metrópole capaz de liderar nos nossos dias as transformações necessárias à defesa do modo de produção capitalista e das relações sociais de produção em que assenta. O imperialismo americano e o hegemonismo soviético, expressando duas políticas contraditórias de grande potência com raízes diferenciadas, levam a que os povos oprimidos e as forças que lutam contra o imperialismo americano contem como apoiada URSS, apoio subordinado às características já apontadas e que tem levado à sujeição

da estratégia da luta de libertação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e do movimento operário na Europa aos interesses da defesa e alargamento das zonas de influência da URSS. Esta contradição entre o carácter progressista da política externa da URSS quando se opõe aos interesses imperialistas norte-americanos e a natureza revisionista da sua estratégia que impede, quando não boicota, o desenvolvimento consequente da luta anticapitalista e anti-imperialista à escala mundial, deve guiar qualquer alternativa revolucionária concreta e impõe como decisiva para a revolução socialista na Europa e em Portugal a luta pela independência nacional estreitamente subordinada aos princípios do internacionalismo proletário e à exploração das contradições entre a URSS e o imperialismo norte-americano.

SAUDAÇÃO DO PAIGC

Caros camaradas:

Ao reunir-se o vosso II Congresso numa hora em que os democratas se mobilizam no vosso país amigo para defender e consolidar as conquistas alcançadas pelo povo português, lutar pela democracia, paz, progresso, é para nós um grande prazer saudar camaradas congressistas e militantes do vosso Movimento em nome de todos os militantes do nosso Partido e do nosso Povo. Estamos certos que os resultados do II Congresso vão permitir um esforço importante no papel que cabe ao nosso Movimento na vida do nosso povo, contribuindo igualmente para consolidar solidariedade entre nossas organizações e amizade indestrutível que liga os nossos povos.

Saudações combativas
Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau.

À ESCALA MUNDIAL

● a estratégia dos PC's europeus

O reflexo da política externa da URSS na estratégia dos partidos comunistas europeus tem imposto uma crescente aproximação do reformismo revisionista com o reformismo burguês e social-democrata. A fase de viragem que a Europa atravessa tem acelerado essa aproximação, expressão de uma ofensiva política e diplomática da URSS em relação à Europa que teve na Conferência para a Segurança e Cooperação Europeias de Helsínquia um marco importante. As transformações sofridas pelos partidos comunistas europeus, patentes no abandono da ditadura do proletariado, enquanto expressão e conceito, na tese do compromisso histórico, na aceitação de combater a crise sem combater o capitalismo («os custos da crise têm de ser suportados por todos»), isto é, na colaboração conflitual com os representantes do capital mais avançado, em articulação conflitual da URSS com os países capitalistas mais avançados nos domínios económico e técnico-científico (claramente expressa no projecto de directrizes para o X plano quinquenal: a exploração dos recursos das regiões orientais — petróleo, carvão, gás e alumínio — impõe a necessidade à URSS de tomar uma parte mais activa na divisão internacional do trabalho, aumen-

tar a compra e venda de licenças e outra documentação técnica e introduzir novas formas de cooperação económica, científica e técnica com os países capitalistas, o que se traduz no objectivo de alargar as exportações para poder importar mais, ligado à previsão de um aumento do comércio externo de 30 a 35%), as transformações sofridas pelos partidos comunistas europeus, dizíamos, são, não só a expressão do carácter não-revolucionário do reformismo operário e da sua falência mas também a expressão da estratégia revisionista para a crise do capitalismo europeu que passa pela candidatura à partilha do poder com as forças burguesas. **O reformismo revisionista tem de ser considerado um poderoso obstáculo ao avanço da revolução socialista na Europa e em Portugal, que nunca poderá triunfar sem que a direcção retomista do movimento operário seja apeada, sem que a luta pela edificação da organização política autónoma de classe do proletariado, o partido da revolução, saia vitorioso, sem a conquista de uma direcção revolucionária no e para o movimento operário e popular, sem, finalmente, que a contradição entre os interesses do hegemonismo da URSS e os interesses históricos do proletariado se resolva a favor destes.**

● ausência de um ponto de referência internacional

A luta de libertação dos povos oprimidos e a revolução proletária enfrentam uma situação que tem na ausência de qualquer ponto de referência no campo socialista, já que não só a URSS, como vimos, mas também a China desenvolvem na prática uma política externa de abandono do internacionalismo proletário, uma dificuldade séria. Os contributos importantíssimos que a revolução chinesa encerra para a revolução proletária mundial, nomeadamente no campo da planificação socialista, nos esforços empreendidos no combate à divisão entre trabalho manual e intelectual e entre a cidade e o campo e na revolução cultural, são distorcidos e vêm a sua importância grandemente di-

minuída pela política externa da China. Política externa que é expressão da incapacidade de desenvolver consequentemente essas experiências, em desenvolver o poder das massas e também das contradições do PCC e do seu peso crescente no exercício do poder. A política externa da China, assumindo o carácter de política de Estado, apoiando-se numa visão errada do papel do hegemonismo soviético — a tese do social-imperialismo e a sua definição como inimigo principal — tem oscilado entre o apoio às lutas de libertação dos povos oprimidos (caso da Indochina) e o conluio objectivo com o imperialismo norte-americano, o apoio às frações da burguesia a ele ligadas e mesmo os fanto-

ches ao seu serviço (caso do Chile, Sudão, Angola, Portugal e outros).

A ausência de um ponto de referência para a revolução proletária mundial, a divisão e fraqueza do movimento comunista internacional representam entraves muito importantes ao desenvolvimento conse-

quente da luta contra o capitalismo e o imperialismo, entraves que exigem a defesa intransigente da solidariedade internacionalista e a intensificação das relações entre as organizações comunistas revolucionárias da Europa entre si e com todas as forças anti-imperialistas.

3. A CRISE DO CAPITALISMO E O PAPEL DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

A crise do dólar e do sistema monetário internacional, a subida acentuada do ritmo da inflação e do desemprego, seguidos da queda e estagnação da produção industrial nas principais metrópoles imperialistas e a chamada crise do petróleo são os indícios mais evidentes de uma crise do capitalismo que não pode ser encarada como

os seus principais rivais no campo imperialista, Alemanha e Japão, vemos que:

- a inflação passou em média de 3,8% no período 59/73 para 11,4% no período 74/75.
- o desemprego passou em média de 1,7% da população activa no período 60/65 para 4,7% em 1975.
- a produção industrial de-

capitalista e a consequente abertura de novos mercados não pode ser afastada.

A fase que estamos a viver é uma fase caracterizada pelo início de uma vastíssima reestruturação do sistema imperialista através da qual os EUA procuram impôr de novo a sua contestada hegemonia económica fazendo pagar à CEE, ao Japão e aos países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo, o preço da crise, o preço da reestruturação do seu aparelho produtivo interno e da reconversão da produção mundial de energia. Com efeito, dispondo de uma posição que lhe permite controlar, em última análise, os aspectos essenciais da questão energética, **financeiramente** através do domínio avassalador das suas instituições de crédito que na prática gerem os excedentes das balanças de pagamentos da maioria dos

energética, produzirá profundas alterações no sistema imperialista.

Os primeiros resultados estão à vista:

— Em 1975 os EUA tiveram um enorme saldo positivo na sua balança comercial, em parte fruto da aquisição de produção americana pelos países produtores de petróleo.

— A concorrência Japonesa no seu mercado interno tem sido desviada para a CEE que nos últimos 4 anos multiplicou por 4 as suas importações japonesas, alargando o saldo negativo da sua balança comercial com o Japão que passou de 2,5 milhões de contos em 1968 para 61 milhões de contos em 1975.

As multinacionais reforçaram o seu peso no comércio mundial das matérias-primas.



Lenine discursando por ocasião da colocação da primeira pedra do monumento a Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, na praça Dvortsovaia. Petrógrado, 19 de Julho de 1920.

apenas mais uma crise conjuntural.

Na transição da década de 60 para os anos 70 o que entrou em crise não foi só a expansão económica dos países do centro do sistema imperialista, mas as próprias bases em que essa expansão assentava, isto é um modelo de acumulação do capital, a divisão internacional do trabalho, a hierarquização das metrópoles imperialistas e as suas relações com os países do Terceiro Mundo. Olhando para os EUA e

cauí nos dois últimos anos de 11% em média.

— as exportações em média baixaram 4,9% e as importações 8,9% em 1975.

Estes dados espelham os efeitos mais visíveis da crise que no entanto é mais funda.

Com efeito o capitalismo encontra-se abalado nos seus domínios essenciais, financeiro, comercial e produtivo, sem assumir no entanto, a característica de crise geral, já que o dólar vai conservando a sua posição dominante e a possibilidade de uma reconversão das bases de acumulação

países produtores de petróleo, **comercialmente** através do controlo das multinacionais sobre a circulação das matérias-primas energéticas, **tecnologicamente** através do avanço conseguido na exploração das novas fontes de energia, nomeadamente a atómica, e **politicamente** através de um hegemonia no campo imperialista, ameaçada e enfraquecida mas real, os EUA lançaram-se num projecto de reconversão de todo o seu aparelho produtivo e financeiro que debaixo do objectivo, em parte ideológico, da auto-suficiência

Os recursos financeiros das multinacionais têm sido canalizados para o interior em 1975 e o fluxo de capitais da Europa para os EUA suplantou pela 1.ª vez o fluxo inverso.

Assim está em marcha um processo que se baseia na subida substancial dos preços do petróleo e de outras matérias-primas (de tal modo que as explorações de petróleo no Alasca se torne rentável), através dos quais os EUA esperam captar para o seu lado não só países produtores

Continua na página seguinte

A LUTA DE CLASSES À ESCALA MUNDIAL

Continuação da página anterior

de petróleo e matérias-primas do Terceiro Mundo, como dividir a CEE (aproveitando o interesse da Grã-Bretanha no aumento do preço do petróleo devido aos altos custos da exploração no Mar do Norte) e garantir a colaboração, ou pelo menos a neutralidade da URSS igualmente beneficiada pelo aumento do preço do petróleo já que se pode afirmar que é auto-suficiente neste domínio.

Processo que se orienta para a alteração completa da divisão internacional do trabalho, para a consolidação do dólar como centro do sistema monetário, para o relançamento da acumulação capitalista em bases eficazes; isto é, para o desenvolvimento de uma ofensiva política e económica do imperialismo norte-americano destinada a garantir a inversão da correlação de forças mundial em seu favor e a afirmação incontestada da sua hegemonia económica através da transformação substancial das forças produtivas.

Este gigantesco processo de reconversão, no qual os EUA esperam dispensar 25 bilhões de contos em dez anos, irá agudizar as contradições inter-imperialistas nomeadamente as que opõem os EUA aos países de uma CEE dividida pela crise e tolhida no avanço do projecto supranacional pretensamente concorrencial em relação ao imperialismo norte-americano. Esta agudização tenderá a exprimir-se com peso mais significativo na Europa do sul onde a burguesia se mostra mais débil, política e economicamente, fundamentalmente devido à força do Movimento Operário e através da redução substancial dos investimentos das multinacionais como parte de um processo

mais vasto de desvio de recursos financeiros da Europa para os EUA, o que terá como efeito principal o aumento do desemprego.

Liderando um processo que, a sair vitorioso, garantiria a salvaguarda do capitalismo pela abertura de uma nova fase no seu funcionamento à escala mundial, que produziria profundas divisões na classe operária, a nível nacional e internacional, os EUA aparecem claramente não só como o inimigo principal do proletariado revolucionário e dos povos oprimidos, mas como um inimigo poderoso.

A maior contradição de todo este processo encontra-se na situação política na Europa, situação que evoluirá no sentido da criação de condições para uma estratégia ofensiva por parte das massas populares e agudizará a disputa E.U.A./U.R.S.S. no que diz respeito às questões centrais levantadas por uma imagem política na Europa. O primeiro, defendendo o reforço do autoritarismo do poder burguês e o segundo, aumentando a ilusão de que se vive uma crise conjuntural, defendendo o compromisso histórico nas suas várias facetas e a superação da crise pelo desenvolvimento dos consumos colectivos na mira de conquistar a base social de apoio à «democracia avançada».

Ao movimento operário e popular europeu cabem hoje pesadas responsabilidades assim como às organizações revolucionárias: da capacidade que houver em levantar a bandeira do anti-capitalismo consequente depende substancialmente o desenvolvimento ou o recuo da luta emancipadora dos explorados e oprimidos de todo o Mundo.

nal-fascismo originando um vigoroso movimento popular foi, nos 19 meses que se lhe seguiram, substancialmente aprofundada e alargada. O projecto de recuperação capitalista em marcha enfrenta, portanto, não só a força que o movimento popular ainda possui, defendendo as conquistas alcançadas, como também uma crise económica que não parou de se agravar.

O agravamento da crise económica suscitou um conjunto de medidas (nacionalizações e expropriações, limitações ao ordenado máximo, proibição dos despedimentos sem justa causa e outras) que afectaram significativamente a grande burguesia financeira, os grandes senhores proprietários da terra e a média e grande burguesia rural, e sedificaram a marcha do projecto burguês de fazer pagar a crise à classe operária e ao povo trabalhador, criaram um instrumento poderoso que agora se encontra nas mãos da burguesia, o sector estatal da economia. Com efeito, o estado controla hoje total ou maioritariamente 318 empresas, possuindo um capital próprio de 84 milhões de contos e o sector estatal representa cerca de 30 por cento do valor criado, mais de 50 por cento do investimento efectivado e cerca de 20 por cento do emprego total e, sobretudo, é composto por empresas dos sectores fundamentais, bancos e seguros, transportes e indústrias básicas. Assegurar o funcionamento debaixo de uma lógica estritamente capitalista deste sector, atacar e destruir todas as formas de controlo operário (ou canalizá-las para a colaboração co-gestiva) e preparar a entrega das empresas mais rentáveis ao capital privado é objectivo que a burguesia portuguesa prossegue na fase actual.

O agravamento da crise económica atingiu em 1975 proporções de grande dimensão que a classe operária e o povo do nosso país sentem hoje na carne: — o desemprego multi-

plicou-se por 2,5 no ano de 1975 atingindo, com a inclusão dos retornados, cerca de 12 a 15 por cento da população activa e entre 450 a 500 mil pessoas. Os despedimentos nos sectores dos têxteis e vestuário, construção civil e metalúrgica constituem igualmente factor importante para esta situação.

— O custo de vida, limitado artificialmente, já começou a subir explosivamente e, mesmo assim atingiu em 1975, segundo dados oficiais, valores entre 15 e 18 por cento.

— a dependência face ao imperialismo agravou-se enormemente já que com 45 milhões de contos de saldo negativo no comércio com o estrangeiro, 25 a 30 milhões de contos em divisas saíram do país levando já ao empenhamento do ouro do Banco de Portugal em empréstimos no exterior. Apesar dos desmentidos do financeiro Zenha, cerca de 150 toneladas num total de 850 já se encontram ao dispôr de bancos estrangeiros.

— a produção sofreu uma baixa sensível da ordem dos 10 a 15 por cento no total e dos 15 por cento a 20 por cento para a indústria e construção civil.

— a desorganização da produção e do comércio aumentou, fruto da utilização do Banco de Portugal e da Casa da Moeda como o grande recurso da política económica dos sucessivos governos e assim a circulação de dinheiro aumentou nos dois últimos anos 138 por cento (só em 1975 cerca de 65 por cento) e o Banco de Portugal somava em Dezembro de 1975, 35 milhões de contos de empréstimos ao Estado e redescontos.

— os investimentos baixaram significativamente quer os do Estado — só metade do orçamento foi cumprido em 1975 — quer os privados — a intensão de investimento dos capitalistas era no terceiro trimestre de 1975 metade do que era no primeiro e 10 vezes menos do que no quarto de 1974.

● a dependência face ao imperialismo

Numa situação como esta a burguesia portuguesa, ainda por cima numa zona onde os efeitos da crise imperialista mais se farão sentir, encontra-se na dependência quase total do imperialismo norte-americano e da Europa capitalista. Os efeitos desta dependência estão já à mostra: para cobrir as despesas do

orçamento do Estado e para poder continuar a comprar mercadorias ao estrangeiro, o Governo da burguesia irá negociando sucessivamente empréstimos (que são apresentados ao povo como «ajuda») e vendendo o país ao imperialismo (da exigência do peão do ouro e da obrigatoriedade de dispender a



Lenine na presidência do 1.º Congresso da Internacional Comunista. Moscovo, Março de 1919.

quase totalidade do empréstimo em produtos do país que o fornece, em breve se passará a formas mais adiantadas de dependência).

Para relançar a acumulação de capital que permita reconverter os sectores em crise e combater a queda da produção, o Governo da burguesia tentará reatar a crescente abertura aos investimentos estrangeiros — já experimentada na decadência do regime colonial-fascista — reforçando a dependência face às metrópoles imperialistas da Europa e intensificando o ataque à organização operária no sentido de criar as condições políticas e sociais para a sua rentabilidade.

Uma política com estas características, uma política de salvação do capitalismo, irá cair por inteiro em cima do povo trabalhador na forma da fome e da miséria criadas pelo aumento do desemprego, pela subida galopante do custo de vida. Custo de vida que apanha a classe operária com salários que, ao contrário da propaganda demagógica da burguesia, nada têm de elevados — em Janeiro de 75 cerca de 74 por cento do operário ganhava menos de seis contos e cerca de 40 por cento menos de quatro — e serão rapidamente devorados se um forte movimento reivindicativo não for erguido.

Sofrendo já os efeitos da nova estratégia das multinacionais (material eléctrico, Timex) a burguesia portuguesa tenta ligar-se estreitamente a um imperia-

lismo que o 25 de Novembro veio aliviar dos preocupações mais agudas

— o perigo do alastramento à Europa do exemplo das massas populares do nosso país — e que sofre igualmente uma crise profunda. Esta contradição e a dependência face ao imperialismo impõem como regime político capaz de consolidar o poder burguês no nosso país o autoritarismo de fachada democrática, isto é, suficientemente mascarado de democrático para seguir os desejos das metrópoles imperialistas e suficientemente autoritário para impôr às massas populares a política da fome e da miséria necessárias à reconstrução e reconstituição capitalistas da nossa economia.

No entanto a classe operária, as massas populares, apesar da derrota sofrida mantêm ainda as estruturas fundamentais a partir das quais a resistência e o relançamento da ofensiva são possíveis. Os partidos progressistas, as organizações revolucionárias, os órgãos populares de base, os sindicatos, permanecem com força suficiente para impedir que a recuperação burguesa seja feita fácil, pacífica e gradualmente.

O caminho da resistência popular é difícil mas as condições objectivas, a manutenção da crise de dominação da burguesia e as enormes dificuldades da sua superação, e a determinação das massas populares possibilitam a sua organização e dão sentido à respectiva revolucionária do relançamento da ofensiva popular até à vitória final.

4. A CRISE DO PODER BURGUEZ EM PORTUGAL

4. A CRISE DO PODER BURGUEZ EM PORTUGAL E A DEPENDÊNCIA FACE AO IMPERIALISMO

O golpe reacionário da direita militar em 25 de Novembro abriu uma nova fase da luta de classes no nosso país caracterizada pela reconstrução do aparelho repressivo de Estado, onde avulta a liquidação das estruturas de classe e democráticas nas Forças Armadas e a respectiva pacificação e profissionali-

zação, e pela utilização do aparelho de Estado ao serviço da consolidação do poder burguês ameaçado, da reconversão capitalista da economia e da destruição das conquistas populares.

A crise de dominação da burguesia em Portugal, assentando em dois planos essenciais que conduziram ao 25 de Abril, a crise de um Exército Colonial derrotado e a crise económica de um sistema assentando nos mecanismos do colo-

Apoio e solidariedade das organizações revolucionárias portuguesas e estrangeiras

Durante o nosso II Congresso recebemos numerosas mensagens de apoio e solidariedade de Movimentos e organizações revolucionárias portuguesas e estrangeiras. Assim, para além daqueles que hoje publicamos no nosso jornal, outras nos chegaram que nos próximos números apresentaremos. Desde já, avançamos a lista dessas organizações e o testemunho do nosso apreço pela sua amizade revolucionária: Esquerda Socialista da Dinamarca, Movimento Comunista de Espanha, Juventude Democrática Alemã, Comité Portugal de Informação e Apoio às lutas do Povo português, Kommunistisk Forbund (Dinamarca), Organização Comunista de Espanha Bandeira Roja, Forbundet Kommunist, PSU, Lotta Continua, Politique Hebdo (jornal de esquerda revolucionária francesa), Junta de Coordenação Revolucionária do Sul da América Latina (integrado pelo M.L.N.-Tupamaros do Uruguai, P.R.T.-E.R.P. da Argentina, P.R.T.B.-E.L.N. da Bolívia e M.I.R. do Chile), Brasil Socialista (órgão teórico e político marxista-leninista), U.P.G. (União do Povo Galego) e L.C.I.

Publicamos neste número do Poder Popular as mensagens dos seguintes movimentos e organizações: P.R.P., F.S.P., P.A.I.G.C., O.L.P., K.B., Revolução e Gauche Ouvrière et Populaire, P.S.P. (Holanda), M.I.R. e M.A.P.U.



FSP

A Frente Socialista Popular (F.S.P.) presente nesta sessão final do II Congresso Nacional do M.E.S., endereça aos companheiros de luta do Movimento de Esquerda Socialista as mais fraternas saudações revolucionárias com os desejos de que o actual encontro de reflexão e reajustamento da vossa organização constitua um contributo decisivo para o reforço da unidade revolucionária dos trabalhadores e para a definição de um projecto político que contribua para derrotar a burguesia e construir a sociedade socialista em Portugal.

Que a vossa palavra de ordem «Unir para resistir — Lutar para vencer» encontre cada vez maior eco nos sectores ainda desorganizados e desmobilizados dos explorados e oprimidos deste País.

A LUTA CONTINUA!

VIVA A UNIDADE DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS!

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!



PRP

P.R.P. — Presente no fecho do Congresso do M.E.S. o P.R.P. saúda esta organização fraterna e hoje, mais uma vez, põe toda a sua convicção no objectivo da unidade entre revolucionários.

No momento em que o proletariado sofre uma derrota em Portugal, mas em que ainda é possível organizar e unir para vencer a burguesia, é necessário juntar todos os esforços dos trabalhadores e dos revolucionários para que a vitória seja possível. Há que tirar todas as consequências do 25 de Novembro e não encontrar aí razões para o derrotismo, mas sim para aprender com os erros e tirar lições para o futuro.

Hoje impõe-se uma política de unidade entre a classe operária e os camponeses e há que forjar urgentemente as bases concretas de uma aliança entre essas duas classes. Há também que encontrar plataformas cada vez mais avançadas entre revolucionários numa perspectiva antifascista, anticapitalista e anti-imperialista.

Para nós, hoje mais do que nunca, é necessário por o problema da violência revolucionária, pois pensamos que é impossível ao proletariado tomar o Poder sem que exerça violência, sem que esteja armado. Neste momento em que a burguesia exerce formas de Poder cada vez mais fascizantes, ou os trabalhadores e os revolucionários se armam para a derrubar ou serão eles derrotados. É a única forma de fazer a revolução socialista.

RÉVOLUTION

Camaradas,

A organização comunista Revolution e a organização Comunista Esquerda Operária Popular (G.O.P.) saudam o II Congresso do M.E.S. A existência mesmo deste congresso, a natureza e o conteúdo dos debates são uma prova da persistência do profundo sentimento revolucionário no seio das massas portuguesas e das suas vanguardas, apesar dos rudes golpes dados pelas forças reaccionárias em 25 de Novembro e depois.

Os operários europeus, os militantes de vanguarda, as organizações de esquerda revolucionária seguiram com atenção, esperança e mesmo entusiasmo o grande ascenso revolucionário depois do 25 de Abril e as suas diversas etapas.

Pela primeira vez depois de dezenas de anos, nesta região do Mundo, as massas populares por-

tuguesas, aproveitando uma crise profunda do aparelho de Estado burgues e da protecção de certas fracções militares, começaram a construir e coordenar o seu Poder, o Poder Popular, indispensável à realização de um programa que satisfizesse os interesses das classes trabalhadoras e à instauração de um Socialismo autentico.

Aterrorizados com esta ideia, o imperialismo, a burguesia europeia e portuguesa fizeram tudo para impedir uma tal evolução, montando golpes sobre golpes, até ao 25 de Novembro — para liquidar as unidades militares progressistas, reconstruir um aparelho repressivo e passar ao contra-ataque.

Mais uma vez a burguesia confirma, como se isso fosse necessário, que ela não hesita a tornar todos os riscos para conservar o Poder, mesmo que para isso seja necessário desencadear uma guerra civil, e que o proletariado tem que se preparar com espírito de consequência para es-

ta eventualidade.

Analisando o papel directamente contra-revolucionário ou de capitulação que jogaram as forças social-democratas e revisionistas, os revolucionários tiram outra lição não menos importante: a vitória revolucionária não é possível se não tiverem sido batidos política e organizativamente o revisionismo no seio da classe operária ganhando-a aos seus aspectos pessimistas e construindo as alianças de classe indispensáveis. Isto pressupõe um processo complexo de unidade de classe e de luta anti-reformista e anti-revisionista, a necessidade de um aparelho revolucionário capaz de conduzir sem cair no sectarismo e no oportunismo de direita.

A vossa experiência convida-nos a redobrar os esforços para construir o Partido revolucionário da classe operária, no ascenso da luta de massas, sabendo unir todas as forças vivas do movimento revolucionário.

Camaradas,

Hoje, em Portugal, a reacção quer tirar partido das vantagens do 25 de Novembro — dezenas de antifascistas são presos, enquanto os fascistas são libertados massivamente — as conquistas populares (nacionalizações, controlo operário e em particular a reforma agrária) atacadas a fundo, a G.N.R. assassina. Mergulhada na crise económica mundial do capitalismo, a burgue-

sia tenta assim fazer pagar a crise aos trabalhadores.

Nós desejamos reafirmar, agora mais do que nunca a nossa inteira solidariedade no vosso combate para travar o contra-ataque da burguesia, reconstruir a frente de classe e relançar a ofensiva revolucionária.

LIBERDADE PARA OS MILITARES E PROGRESSISTAS PRESOS!

Esta exigência é retomada hoje mesmo por aqueles que contribuíram no nosso país com a sua campanha de cábulas e lançá-los na prisão.

O processo português fica como símbolo. Ao menos para toda a Europa do Sul, Espanha, Itália e França, onde o autoritarismo crescente do Poder giscardiano nos aproxima de confrontações de grande amplitude. Este símbolo, é o símbolo da ascensão das massas rumo ao socialismo que a reacção apesar de todos os seus desesperados esforços, não trará por muito mais tempo.

SAUDAÇÕES AO II CONGRESSO DO M.E.S., AOS REVOLUCIONÁRIOS E AO POVO PORTUGUÊS!

VIVA O SOCIALISMO E A DITADURA DO PROLETARIADO!

VIVA O COMUNISMO!

VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

UNIDOS VENCEREMOS!

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoiar 400 \$ 00

estrangeiro Europa 500\$00

Nóme

Morada

Localidade

Profissão

jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e impressão Renascença Gráfica. SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

Poder Popular 15

CONTRA A REPRESSÃO

lutemos pela libertação de todos os revolucionários!



Intervenção do camarada Jacinto Rodrigues, membro do Comité Central do MES, na sessão de encerramento do II Congresso Nacional

Camaradas:

A luta contra a repressão é hoje a frente prioritária da luta antifascista. A libertação dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos a partir do 25 de Novembro é a batalha actual. Esta batalha não se circunscreve à mera defesa jurídica, à legalidade burguesa. Este é o terreno legalista que esta burguesia oferece no actual momento para salvar a sua máscara de democracia pluralista. A batalha pela libertação dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos é uma luta política, o seu terreno é o terreno da luta de classes. Impõem uma luta de massas antifascista contra a exploração e o imperialismo. Exige a clara desmontagem política do que foi o 25 de Novembro. O golpe de 25 de Novembro foi o golpe repressivo do capital, do imperialismo contra o movimento popular e contra as conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras. O golpe de 25 de Novembro, preparado pela direita militar e civil, veio fornecer à burguesia e ao imperialismo o controlo do principal instrumento necessário à sua dominação — um exérci-

to submisso à hierarquia reaccionária, pronto a esmagar as lutas do povo trabalhador, pronto a ser o braço armado do capital contra as conquistas do povo. Depois do golpe reaccionário de 25 de Novembro o capital e o imperialismo mostram as suas garras, fazem buscas, fazem prisões arbitrárias; as rusgas e a repressão passaram a exprimir o projecto político do estado capitalista em Portugal. A direita pretende assim restaurar a economia capitalista. Com a repressão directa e militar abre também o caminho à repressão económica e social. Aumenta o custo de vida, cresce a inflação, destroi-se a organização democrática nas fábricas e nas empresas, expulsa-se o povo das casas e das terras ocupadas. Reprimindo já!, a burguesia não hesitará no novo Chile de amanhã. A burguesia abriu com o golpe de 25 de Novembro esta ameaça fascista. Isto foi possível porque os soldados e marinheiros que se colocaram decididamente ao lado do povo foram encarcerados. Enquanto os filhos do povo eram injuriados, libertavam-se os «pides» e notórios fascistas ascendiam a postos de comando na tentativa de transformar as forças armadas num corpo de mercenários ao serviço do capital. Contra esta ameaça é preciso levantar uma vigorosa organização popular. Enquanto a burguesia censura a informação progressista na rádio e na televisão, enquanto a burguesia mente e deturpa os acontecimentos para enganar o povo, nós teremos que fazer das organizações populares uma onda revolucionária contra a reacção e o capital.

Camaradas: o destino do povo português está em causa. Vacilar agora é aceitar a derrota. Por isso é decisivo levar a cabo um vigoroso movimento organizado de massas. É preciso arrancar Otelo e todos os antifascistas da cadeia. É preciso lutar decididamente pela libertação imediata e incondicional de todos os antifascistas e revolucionários presos. É preciso fazer desta frente de luta o ponto de partida de uma frente ampla de massas que deste combate antifascista avance contra o capital e o imperialismo até à vitória das massas trabalhadoras.

Quem está empenhado na libertação imediata dos antifascistas e revolucionários presos?

O plenário do CLARP reunido no CNEC no dia 16 de Fevereiro de 1976, com a presença de diversas comissões de trabalhadores e moradores e outras organizações unitárias, tendo tomado conhecimento de que uma comissão de luta de vários sindicatos decidiu promover na próxima sexta-feira, dia 20, pelas 19 horas, um comício na F.I.L. e

Considerando:

— que para o mesmo dia e à mesma hora já tinha sido convocada há vários dias pelo CLARP uma manifestação para a libertação imediata de todos os militares antifascistas revolucionários presos;

— que esta manifestação foi decidida no comício promovido pelo CLARP e com a presença do Secretariado da Associação dos Familiares Presos, no Pavilhão dos Desportos, no dia 3 de Fevereiro de 1976 pelos milhares de antifascistas presentes;

— que a manifestação do CLARP inserin-

do-se na luta geral contra a repressão e o fascismo é afinal de luta contra aqueles que pretendem recuperar o aparelho repressivo fascista para impor o congelamento da contratação e aumento de preços;

— que os militares antifascistas e revolucionários estão presos por se terem colocado totalmente ao serviço dos trabalhadores;

— que por tal motivo não se compreende como podem sindicatos, que visam a defesa desses trabalhadores e que em múltiplas circunstâncias apoiaram os militares presos, promover uma iniciativa que vindo limitar a mobilização para a manifestação do CLARP, impedirá que esta possa alcançar o objectivo a que se propõe: libertar os militares antifascistas revolucionários presos.

Decidem:

Responsabilizar o executivo do CLARP e os familiares de militares presos presentes pelas seguintes diligências:

1. Contactar os familiares dos militares presos e conjuntamente com estes ou isoladamente promover contactos com a «Comissão de Luta dos Sindicatos» no sentido de esta alterar a data da sua iniciativa e dar a sua adesão à manifestação do CLARP, demonstrando assim que estão empenhados na libertação imediata e incondicional de todos os militares antifascistas e revolucionários presos pelo único crime de se terem colocado ao lado do povo trabalhador para combater o fascismo;

2. Decide ainda apelar a todo o povo trabalhador e a todos os antifascistas para se integrar na manifestação para a libertação dos antifascistas revolucionários presos, sexta-feira, pelas 19 horas — Terreiro do Paço.

LIBERTAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL DE TODOS OS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS!